



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª
(QUADRAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DISCUTIR, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, A
SITUAÇÃO DOS CHACAREIROS DO PARQUE
ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER,

EM 12 DE MAIO DE 2005

71

13

84 *leaudas*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	40 ^ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Procederei à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 39ª Sessão Ordinária;
- Ata da 13ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 14ª Sessão Extraordinária.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A presente comissão geral, conforme o Requerimento nº 1.243, de 2005, destina-se a discutir, em audiência pública, a situação dos chacareiros do Parque Ecológico Ezechias Heringer, localizado à margem esquerda do córrego Guará e adjacências, na Região Administrativa do Guará.

Dou boas-vindas às pessoas que para aqui vieram. Esta é a Casa do povo. Estamos solidários com todos vocês.

O requerimento que propiciou a realização desta audiência pública é de autoria do Deputado Benício Tavares e da Deputada Anilcéia Machado, Líder do Governo. Vocês terão a oportunidade de esboçar a sua vontade e seus anseios. Se conheço o Governador Roriz, tenho certeza de que S.Exa. atenderá o pedido de vocês.

Contem conosco! Vamos apoiar vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	2

Sejam bem-vindos! Parabéns pela participação popular nesta Casa!

Esta Presidência suspende a presente comissão.

Está suspensa a comissão.

(Suspensa às 15h04min, a comissão é reaberta às 15h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Está reaberta a presente comissão geral para discutir a situação dos chacareiros do Parque Ecológico Ezechias Heringer, que fica localizado na margem esquerda do Córrego do Guará, nas adjacências da Região Administrativa do Guará.

Convido para compor a Mesa o Deputado Paulo Tadeu; a Líder do Governo, Deputada Anilcéia Machado; o Secretário de Estado da Comparques, Ênio Dutra; a Diretora do Instituto Jardim Botânico, Ana Júlia; o representante da Associação dos Chacareiros, Sr. Carlos, e a Secretária-Executiva do Fórum das ONGs ambientalistas, Dobres Pierson.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar a todos e convidar as pessoas que estão na galeria para virem ao plenário. Peço ao Jorge que desloque um grupo para cá. Essa foi uma idéia da nossa Líder, Deputada Anilcéia Machado. (Pausa.)

Convido o Deputado Augusto Carvalho e a Deputada Aríete Sampaio para compor a Mesa. (Pausa.)

Apresentei um requerimento, juntamente com o Deputado Augusto Carvalho, para a realização desta comissão geral. Fomos procurados por chacareiros que estão naquele local há algum tempo e por ambientalistas para fazermos um debate sobre a situação do parque. Na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	3

sessão desta Casa, foi aprovado o requerimento, com o apoio de todos os Parlamentares, para realização desta comissão geral.

Peço desculpas, pois inicialmente este evento estava marcado para às 19 horas e foi antecipado para as 15 horas.

Com a palavra o Deputado Augusto Carvalho co-autor do requerimento que propiciou a realização desta comissão geral.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Benício Tavares, autor do requerimento; Deputado Paulo Tadeu; Prof. Ênio; entidades representantes dos moradores do Guará e dos moradores do parque; entidades defensoras do meio ambiente do Distrito Federal; Deputada Anilcéia Machado e Deputada Ivelise Longhi, serei breve.

O Deputado Benício Tavares bem lembrou que este evento estava marcado para a noite e às 16 horas tenho um encontro com o Presidente do Tribunal de Contas da União em razão da CPI que eu, o Deputado Paulo Tadeu e a Deputada Ivelise Longhi integramos.

Vim aqui, também na qualidade de Presidente da Comissão do Meio Ambiente, dizer que cada vez mais a sociedade brasileira e a sociedade do mundo inteiro vão se apercebendo da importância de preservarmos aquilo que ainda sobra de natureza que não foi degradada completamente pelo homem. O Parque do Guará, assim chamado, é uma das áreas que temos a obrigação de preservar, de recuperar e, principalmente, de legar para as gerações que virão depois de nós, moremos ou não no Guará, moremos ou não em Brasília. Ali é uma área com um rico ecossistema, que precisa, urgentemente, do carinho de toda a sociedade. O parque já foi invadido e não apenas por pessoas humildes, mas por grupos

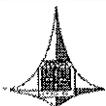
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	4

econômicos - *shoppings* já abocanharam os seus pedaços. É preciso que se faça alguma coisa.

Sr. Presidente, esperamos que essa solução definitiva venha e quero até dizer que se há um dos aspectos importantes do Governo Joaquim Roriz que eu gostaria de realçar é a luta do professor Ênio para que as áreas verdes que ainda temos disponíveis no Distrito Federal sejam preservadas. Todo esse trabalho que o professor Ênio e seus assessores fazem e que o Governo, no seu conjunto, faz tem o nosso apoio. Há que se conquistar, há que se preservar aquilo que for possível preservar.

Eu apenas faço um apelo para que os integrantes do Governo, seja na área de parques, seja na área da habitação, seja na área que cuida da fiscalização das ocupações de área, façam a sua parte no que diz respeito aos direitos sociais das pessoas. Se as pessoas estão conscientes de que estão ocupando uma área indevida, como no caso o Parque do Guará, que o Governo apresente as alternativas viáveis para que haja a desocupação, respeitados os direitos e a dignidade das pessoas. Afinal de contas, não deveria haver nenhum morador dentro daquela área, isso seria o ideal. Também o *shopping* não deveria ter tomado nem um único naco daquela área de preservação ambiental. Mas se é uma realidade consumada, então o que fazer?

Por isso faço um apelo: que o professor Ênio, que foi portador de uma correspondência, em reunião ocorrida no ano passado, sob os auspícios da Presidência desta Casa, quando era Presidente o Deputado Benício Tavares, em que o Sr. Governador comprometeu-se com uma série de alternativas: aquelas pessoas que tinham uma vocação rural teriam a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	5

possibilidade de ter um lote rural; aquelas pessoas que tinham uma vocação urbana teriam a sua alternativa nas cidades do DF; enfim, tudo dentro da lei, dentro da legalidade, dentro do respeito à dignidade das pessoas. O que não podemos concordar é que haja truculência, que haja máquinas passando por cima de um patrimônio construído ao longo de dez, quinze, vinte anos. Pessoas estão ali há até trinta anos. Então, esse é o apelo que fazemos. Que o professor Ênio, que é todo gentilezas, é todo cavalheirismo, que ele possa, junto aos seus demais colegas de Governo, construir uma solução definitiva que preserve a natureza, que preserve aquele parque para todos os moradores, não só do Guará mas do Distrito Federal, de modo que o Governo encontre uma alternativa humana, uma alternativa de solidariedade, de respeito e de responsabilidade para com essas pessoas que, por acaso, remanesçam na área.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Sr. Secretário Ênio Dutra.

SR. ÊNIO DUTRA - Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Augusto Carvalho, a quem agradeço pelas palavras, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, agradecemos por esta oportunidade de mostrarmos a política de parques do Governador Joaquim Roriz, que tem como missão transformar Brasília na cidade dos parques, o que está sendo feito com muita responsabilidade, como deve trabalhar um gestor público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	6

Estamos trabalhando para resgatar o respeito ao patrimônio público, especialmente o ambiental. Hoje, uma das várias prioridades do Governador é a desocupação dos parques, especialmente do Parque do Guará - Ezechias Heringer.

Uma dessas preocupações é, além da desocupação, evitar a criação de um problema social, com a implantação dos parques, por isso está disponibilizando lotes urbanos para aquelas pessoas que podem ser enquadradas no projeto social do Governo, ao deixarem as unidades. O Governo está preocupado com as futuras gerações e não com as futuras eleições.

Por lei ou decreto, não podemos distribuir lote para quem já recebeu ou possui imóvel em seu nome; indenização só com ordem judicial, caso contrário, não há lei que ampare esse caso. Houve, sim, uma informação, inclusive assinada por mim, baseada em uma orientação da Terracap. Só que, no decorrer do processo de levantamento, constatou-se que nenhum dos ocupantes possuía autorização formal, contrato, sobre a área ocupada, que é o que lhe daria o direito à indenização, com avaliação feita pela Caixa Econômica Federal, pela Comissão de Valores Imobiliários e pela Terracap.

Com relação ao tratamento "diferenciado" dado aos ocupantes do Parque Sucupira, em Planaltina, que está sendo questionado, existia na área do Parque, criada por lei, uma horta comunitária, onde eles foram colocados. Ao receberem a proposta de remoção, todos concordaram em se organizar em cooperativa para utilizarem a terra - o que está acontecendo agora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	7

Nessa situação é possível, em nome da cooperativa - nada individual -, receberem autorização para o uso. É a função social da terra.

Isso não aconteceu com os ocupantes do Parque do Guará, que queriam a terra de forma individual, e até exigiam uma área com as medidas da ocupação. Era como se o Governo oficializasse uma invasão de terra pública. No início do processo, disponibilizamos uma área rural, a Fazenda Jorlan. Quando percebemos o erro que cometeríamos, desistimos do projeto.

Nas remoções atuais do Parque do Guará, após termos removidos 126 famílias para Samambaia, estamos cumprindo ações judiciais, as liminares que foram derrubadas pela Procuradoria-Geral do Governo do Distrito Federal.

Quanto às pessoas que ainda se encontram no Parque, fizemos um levantamento em todos os cartórios do DF e o resultado é que, a totalidade é ou foi proprietário de imóvel. Portanto, estão impossibilitados de receber outro do Governo do Distrito Federal.

O Parque do Guará é o único que possui Plano Diretor, tem poligonal registrada em cartório, está na APA do Planalto Central. Dentre os levantamentos realizados, foram quantificados os danos ambientais que os ocupantes deverão ressarcir ao Estado, pelo Instituto de Criminalística. Sem contar o tempo de utilização da terra, o aluguel.

Esta Casa aprovou a Lei nº 3.280, que criou a Comparques e, portanto, delegou competência ao Secretário nomeado para praticar todos os atos e ações inerentes ao assunto em pauta. Jamais esta Secretaria, na prática de qualquer ato, infringiu as normas legais. Portanto, até o presente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	8

não incorreu em abuso ou excesso de poder. Muito pelo contrário, está agindo com transparência.

Caso a Secretaria deixe de cumprir ou fazer cumprir as leis pertinentes, principalmente a nº 265 e a nº 41, aprovadas nesta Casa, além da Lei de Crimes Ambientais, incorrerá em crime de responsabilidade e de improbidade administrativa. Omissão e conivência estão fora do nosso cotidiano.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Eu gostaria de convidar o vice-Presidente desta Casa, Deputado Chico Floresta, a tomar assento à Mesa.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Floresta.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Passo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, pois S.Exa. deverá comparecer a audiência no TCU.

DEPUTADO PAULO TADEU - Deputado Chico Floresta, vice-Presidente desta Casa e Presidente desta Comissão Geral; Deputado Benício Tavares; Deputado Augusto Carvalho; Sr. Secretário de Estado da COMPARQUES, Ênio Dutra; Sra. Diretora do Instituto Jardim Botânico, Ana Júlia Heringer; Sra. Secretária Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal, Dolores Pierson; Sr. Presidente da Associação dos Chacareiros do Parque do Guará, Carlos Alberto de Araújo; Deputado Chico Vigilante; Deputada Anilcéia Machado; Deputada Ivelise Longhi; demais Parlamentares; população presente; ambientalistas; imprensa, eu tenho dito que o grande tema da atualidade, não só para a nossa cidade, mas também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	9

para a humanidade, é discussão profunda do termo "desenvolvimento sustentável". Talvez esse seja o grande tema para os próximos anos.

Digo isso porque percebemos que, de uma maneira ou de outra, todo mundo gosta de falar sobre a importância e a necessidade do desenvolvimento sustentável. Ouço empresários, moradores, ambientalistas, Deputados, enfim, ouço toda a população defender desenvolvimento sustentável, mas, na hora de colocá-lo em prática, percebemos que se gera um verdadeiro pandemônio, uma confusão generalizada. Muitas vezes - neste caso não se aplica -, os interesses econômico, privado e financeiro se sobrepõem a qualquer interesse voltado àquele aspecto.

Não é a primeira vez, Deputado Benício Tavares, que a Câmara Legislativa discute tal tema. Neste momento, apresento aos senhores um trabalho realizado pela Câmara Legislativa, mais especificamente, pelas técnicas Roseli Sena e Zita de Moura, a pedido deste Parlamentar e do Deputado José Edmar. Por meio desse estudo, se diagnosticou cada parque do Distrito Federal e a situação real de cada um deles.

Esse trabalho foi realizado em 2000. Agora está sendo elaborada nova versão, atualizada, a qual espero que a Câmara Legislativa publique o mais rápido possível.

Nesse estudo, o Parque do Guará aparece com destaque muito grande. Tenho um exemplar dele aqui em minhas mãos. Aproximadamente dez folhas tratam desse parque, falando da sua história e da dos moradores que lá estão, tanto os que já estavam quanto os que chegaram depois.

Nesse diagnóstico, pudemos constatar que esse parque, existe desde a década de 60. Concluimos isso a partir de um relatório sobre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	10

unidades de conservação e áreas protegidas do Distrito Federal elaborado pela SEMATEC, que já apontava para a ocupação de alguns chacareiros naquele setor. Isso é verdade. Trata-se de um diagnóstico preciso do que aconteceu no Parque do Guará, que, futuramente, veio a se chamar Parque Ezechias Heringer.

Sr. Presidente, sei que várias leis trataram desse local. É interessante dizer que, na última reunião, o Secretário abordou a questão do plano de manejo do parque. Este, em nenhum momento, se refere aos moradores que lá estavam. Apenas a Lei nº 1.826, no art. 1º, garante que os ocupantes da área situada na margem esquerda do Córrego do Guará e adjacências cadastrados na Associação dos Chacareiros, em caso de remoção, serão indenizados pelas benfeitorias realizadas e assentados em locais a serem definidos pelos órgãos competentes.

Essa é a lei existente hoje em nossa cidade. De fato, ela existe. Isso é público.

Eu elaborei uma lei específica, fruto daquele estudo por mim mencionado, Deputados Benício Tavares e Chico Floresta. Ela estabelecia critérios muito duros e sérios relacionados à manutenção de moradores em parques do Distrito Federal, contudo, não foi aprovada porque houve divergências - vamos ser bem francos - de alguns chacareiros do Parque do Guará. Foi então apresentada uma emenda do Deputado Renato Rainha, à época. Entretanto, na minha opinião, esse instrumento abria demais os critérios para a permanência de moradores. Por isso retirei o projeto de pauta. Em seguida, a Emenda nº 40 proibiu a Câmara Legislativa de legislar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	11

a respeito de matéria fundiária, e o projeto foi retirado definitivamente de pauta. Essa é a situação atual,

Sr. Presidente, sei que esta discussão existe em todo o Brasil. Ela não é única e exclusiva do Distrito Federal. Há no país um debate muito forte a respeito da permanência de moradores nas regiões dos parques. Essa é uma polêmica nacional e não é nova para nós. Discute-se o assunto no meio Parlamentar, no Ministério Público e entre os que discutem e protegem o meio ambiente, os ambientalistas.

Há duas linhas de discussão. Uma define que, nas regiões de parques, não pode, em hipótese nenhuma, existir seres humanos, principalmente nas áreas restritas à preservação ambiental. A outra linha defende que é possível conciliar homem e meio ambiente, haja vista que algumas áreas de parques em nosso país, inclusive em nossa cidade, só foram protegidos porque os moradores ajudaram nessa tarefa. Há diversos exemplos, não só em nossa cidade, como em todo o país.

Sr. Presidente, entendo que essa discussão não pode ser radical em favor da permanência ou da retirada das pessoas. Temos de discutir caso a caso e colocar em prática o desenvolvimento sustentável.

Sabemos que, às vezes, regiões são ocupadas e, depois, leis as transformaram em parques. Em outros casos, ocorre o inverso. Existia o parque e houve a invasão, Tenho certeza absoluta de que isso ocorreu porque, no Brasil e em Brasília, se desenvolveu a cultura da grilagem de terras, da ilegalidade, da imoralidade e da "terra de ninguém". A partir daí, se construíram impérios econômicos, que destruíram o meio ambiente. Isso é verdade!



Data	Horário/Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	12

Sabemos onde, como e quando isso ocorreu. Sabemos que tipo de apoio essas pessoas tiveram. Especificamente no caso do Parque do Guará, estudos históricos do Governo mostram que alguns moradores estavam lá há trinta e cinco anos, em alguns casos. Essa é uma discussão que nós precisamos fazer aqui na Câmara Legislativa.

Tenho certeza absoluta de que muitos desse moradores ajudaram a preservar esse Parque. Sei também que ali não houve ação proposital para grilar a terra, embora, todos vocês saibam que algumas pessoas moram nesse local, mesmo possuindo casas fora. Não vamos esconder isso de ninguém aqui dentro. Ora, se queremos resolver a situação, temos de ser verdadeiros! Portanto, quero dizer que defendo que, em alguns casos, é importante observar o que diz a última lei que trata do Parque do Guará.

Quero tratar do plano de manejo especificamente, para que todos percebam que esse parque não é uma reserva biológica e nem tem características que impedem a presença de seres humanos ou a prática de atividades desportivas no local. Por isso, quero ler o que diz o Plano de Manejo, elaborado pelo Governo do Distrito Federal.

Esse documento propõe o zoneamento da área, considerando a conservação e o lazer, e prevê a implantação de infra-estrutura para atendimento a uma população visitante estimada em 4 mil pessoas, durante sete horas por dia. Prevê, ainda, a construção de museu, escola de educação ambiental, teatros, praças, quadras, ginásio de esportes, restaurantes, trilhas, estacionamentos, viveiros de plantas e módulos de apoio e segurança. Entre as medidas que visam à recuperação da área,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	13

propõe o documento o reflorestamento de uma faixa de cem metros ao longo de cada margem do Córrego do Guará.

Não foram propostas medidas que tratassem da ocupação humana da área. Vamos clarear isso. O Plano de Manejo do Governo do Distrito Federal estabelece as atividades que mencionei. Assim, Deputado Chico Vigilante, se o Plano prevê atividades dessa natureza, não podemos tratar o parque como uma área em que está proibida a presença de seres humanos. Dito isso, apresento algumas propostas.

Primeiro - é claro, não poderia deixar de ser -, o combate da Secretaria ao aumento da ocupação daquele parque. Temos de estancar qualquer incremento populacional. Temos de ser firmes para não deixar que a grilagem aumente naquele local.

A segunda sugestão é que façamos um levantamento criterioso dos moradores que lá estão. Eu sei que moram pessoas lá há trinta e cinco anos. Um dos moradores me entregou uma declaração de 1967 que traz como endereço o Parque do Guará. Esse documento diz: "Fundação Hospitalar do Distrito Federal". E faz a indicação do beneficiado, cujo endereço é Rua São José, casa 8, Parque do Guará. Essa declaração é de 1967!

Então, além da defesa intransigente do fim da grilagem, defendo que façamos um levantamento criterioso de todos os moradores que lá estão. Na minha avaliação, nesse Plano de Manejo, tem de ser considerada a situação das pessoas que lá moram há muitos anos, a fim de que eles possam continuar na região. E mais, os moradores têm de ter o compromisso de preservar a natureza e o parque.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	14

Terceiro, os moradores do parque que têm lotes em outras localidades, comprovadamente, não permanecerão. Sou favorável a que, nesse caso específico - que não se configura como questão social -, eles saiam.

E, é claro, defendo que o Governo do Distrito Federal, Deputado Chico Floresta, implemente imediatamente o Conselho Gestor no parque, formado por representantes do Governo, da sociedade e dos moradores, com a finalidade de discutir o parque como um todo, desde a sua existência até a sua preservação. Repito: defendo a imediata implementação do Conselho Gestor desse parque.

Quanto às poligonais do parque, o Secretário disse aqui que já estão registradas em cartório, contudo, estudos da Câmara Legislativa não detectaram tal localização, de maneira clara. Sr. Secretário, esse estudo, inclusive, relata que uma lei feita nesta Casa, trouxe o tamanho do parque, mas não apontou as poligonais.

Minha última proposta se refere à implementação do Plano de Manejo do Parque, que, aprovado, nunca foi posto em prática. Nunca foi implementado nem no Parque do Guará nem no Parque Burle Marx, para os quais se criou o chamado Plano de Manejo. Este documento estabelece o que vai ser construído e o que vai ser preservado. Infelizmente, nem um dos planos saiu do papel.

Com essas propostas, considero que podemos construir no Parque do Guará.

Então, fiz essas considerações com muita tranquilidade e consciência. Baseei-me em estudos técnicos, e não no "achômetro".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	15

Fundamentei-me na necessidade de preservação do meio ambiente e na questão social dos moradores que estão lá há muitos anos.

Essas são as propostas que tenho a trazer nesta Comissão Geral.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Ouviremos agora o Deputado Benício Tavares. Solicito à Mesa que procure ser mais breve, são dez minutos a partir de agora.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Eu gostaria de saudar o Presidente em exercício na Casa, Deputado Chico Floresta; o autor do requerimento, junto comigo, Deputado Augusto Carvalho; o Deputado Paulo Tadeu; a nossa Líder do Governo, Deputada Anilcéia Machado; a Deputada Ivelise Longhi; o Deputado Chico Vigilante; a Deputada Erika Kokay; o nosso Secretário de Estados do COMPARQUES, Ênio Dutra; a Diretora do Instituto Jardim Botânico, Ana Júlia; a Secretária-Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal, Sra. Dolores Pierson; e o Presidente da Associação dos Chacareiros do Parque do Guará, Carlos Alberto de Araújo.

É interessante essa posição que a Câmara Legislativa assume ao debater este assunto, principalmente no momento em que o Governo elabora o instrumento mais importante, que é o PDOT. Acho que não pode existir um instrumento mais importante para a ocupação do solo do que esse que está sendo debatido pelo Governo.

Quando a Câmara Legislativa, os Parlamentares que aqui se encontram e participam efetivamente desse debate somos chamados, é porque existe algum conflito ou questão que precisa ser debatida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	16

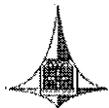
Obviamente os moradores nos procuram é para que levemos a posição deles para sensibilizar, de alguma forma, o Governo no sentido de agir em prol daquela comunidade.

Eu também estive com os chacareiros, debati e ouvi. Sabemos que essa questão fundiária do Distrito Federal é muito confusa. Brasília, talvez devido a sua criação, é bastante precária quando pedimos escritura, quando queremos contrato, quando precisamos de título.

Não tenho conhecimento para dizer quem são os legítimos ocupantes ou quem são as pessoas que deveriam receber ou não a devida atenção especial do Governo. Agora, o que eu sei é que estou vendo o problema. Vejo pessoas que residem naquele local há trinta anos. Vejo pessoas que lá estão e vivem diariamente naquele local. Eu fico realmente sensibilizado e creio que todos merecem uma atenção especial dos Parlamentares e do Governo.

Sabemos que nessa questão fundiária existem muitos espertos, pessoas que tentam levar vantagem quando há oportunidade dessa negociação. Evidentemente, não podemos concordar com isso. Pelo que eu debati, pelo que ouvi e presenciei, sempre esperei que o Governo se sensibilizasse e desse o tratamento adequado a todas as senhoras e os senhores.

Obviamente, ao ouvir o nosso secretário, tenho absoluta certeza da boa-fé e da intenção do Governo em realizar este empreendimento que é a conclusão do Parque do Guará. Entendo também a reclamação dos moradores do Guará para utilizarem essa área para lazer e outras coisa, mas não podemos deixar que as pessoas que lá residem há anos não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	17

recebam atenção do Governo do Distrito Federal nem que seus direitos não sejam assegurados pelo Governo.

Minha posição sempre foi muito clara. Não sou contra a remoção, nunca disse isso aos moradores, mas sou contra a remoção sem a aquiescência dos moradores e sem o resguardo da devida dignidade daqueles que lá se encontram.

Sei do esforço que a secretaria vem fazendo. Vi que grande parte dos moradores do parque foi assentada na quadra 421 de Samambaia. Mas sentimos que algumas pessoas que são produtoras rurais precisam de outro tratamento e não o tratamento para virar um morador urbano, ou seja, um morador da cidade.

Quero me somar aos nossos companheiros para encontrarmos uma solução que agrade os moradores do Guará, o Governo e, principalmente, as senhoras e os senhores que aqui estão. Fico muito feliz de ver que, ao propor este debate, esta Casa tem propostas bem claras. Tivemos aqui a proposta do Parque JK, que também a Câmara debateu e para o qual fez uma lei. Precisamos encontrar uma saída, por meio de todos os instrumentos jurídicos, que atenda os anseios do Governo e dos moradores.

Muito obrigado. Espero contribuir com essa proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à Sra. Ana Júlia Heringer, Diretora do Instituto Jardim Botânico.

SRA. ANA JÚLIA HERINGER - Senhores componentes da Mesa; Deputado Benício Tavares, Deputado Chico Floresta, Sra. Dolores, Deputado Leonardo Prudente, Sr. Secretário de Parques e Unidades de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	18

Conservação, como eu não sabia que ia falar, contarei um pouco a história do parque e da minha vivência nele desde 1960.

Em 1960, quando aqui chegamos, fomos morar no antigo acampamento Guarazinho, que os senhores moradores devem saber muito bem onde fica. Nesse acampamento, vários estudos foram feitos sobre a região, que mostram que ela é uma das áreas mais ricas em biodiversidade do Distrito Federal, uma das áreas onde ainda se podia encontrar uma flora inusitada no Distrito Federal, com muito mais orquídeas do que, por exemplo, Águas Emendadas, que tem dez mil hectares.

Moramos lá até 1965. Nesse tempo, existia a idéia de se criar, na Fundação Zoobotânica, um grande parque zoobotânico, que incluía nada menos do que as áreas do Jardim Zoológico, do Parque do Guará, da Estação Ecológica do Guará, da Candangolândia, do Guará I e do Guará II. Tudo isso seria esse parque. Ao longo do tempo, as necessidades foram fazendo com que a cidade crescesse sobre essa área, entretanto ainda não existia uma destinação formal sobre essa área. Existia na história e na vontade. Nos registros antigos, já se falava dessa área como Parque do Guará. Hoje, o hoje chamado Parque Ezechias Paulo Heringer tem 310 hectares.

Ele é importante não apenas para os moradores ou para o entorno do parque. Sua importância extrapola sua poligonal e atende a necessidade de todo o povo do Distrito Federal. Para os senhores terem uma idéia: o Distrito Federal tem hoje apenas 15% de áreas protegidas de uso indireto, ou seja, áreas em que a conservação e a preservação têm prioridade sobre o seu uso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	19

Do córrego Guará, junto com o Riacho Fundo, sai aproximadamente 10% de toda a água do Lago Paranoá. Então, o assoreamento e a modificação dessa área vai causar um efeito maior para todo o Distrito Federal, assim como sobre a desembocadura dos córregos que saem, por exemplo, do Parque Nacional de Brasília e do Jardim Botânico de Brasília. Se não houver uma ação realmente de conservação dessas áreas, vamos ter problemas, inclusive, com o Lago Paranoá.

Eu gostaria de aqui apresentar a minha visão, com relação ao que o nobre Deputado falou sobre moradores históricos. Conhecemos bem o trabalho que foi feito, por esta Casa, e que é merecedor de grande elogio. Mas existem, como o próprio Deputado falou, outras linhas. Posteriormente, foi feito um estudo, pelo Ministério do Meio Ambiente, tratando do que chamamos de "populações tradicionais". "Populações Tradicionais" é um conceito antropológico que trata de alguns grupos que moram, no meio ambiente, na sua forma mais natural, e que interagem com esse meio. Sobre esse meio, existe uma apropriação de recursos, como é o caso dos Quilombolas, dos Ribeirinhos e dos Extrativistas, que criam uma cultura e um elo cultural, entre si, dando uma identidade antropológica a esses grupos. Não é o caso das populações do Parque do Guará, nem das de qualquer outro parque. Ainda não houve tempo para isso e essas comunidades ainda não desenvolveram culturas específicas que justifiquem uma conceituação desta natureza, no meu ponto de vista, e pelo que temos de conhecimento.

Com relação ainda à questão da ocupação, creio que esse podemos chamar esse de um caso emblemático. O que aconteceu ao Parque do Guará, ou Parque Ezechias Heringer, vai acontecer às outras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	20

unidades de conservação. Quase nenhuma unidade de conservação, com exceção do caso em que, agora, os invasores estão sendo retirados do Jardim Botânico de Brasília, de domínio do Governo do Distrito Federal, está isenta da ocupação irregular.

Então, não podemos referendar essa ação, que não deixa de ser, muitas vezes, um tipo de grilagem e, muitas vezes, também, um tipo de ocupação inadequada. Sabemos da situação dos moradores e a entendemos. Eles merecem, sem dúvida alguma, todo o respeito mas espero que a comunidade e os Parlamentares possam entender que as poucas áreas preservadas do Distrito Federal devem ser mantidas como tal, porque elas fazem parte de um processo de ocupação e de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável se faz com o respeito às áreas protegidas de uso indireto. Sem isso, não é possível o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável requer essas áreas e, portanto, é fundamental que elas sejam mantidas.

A maioria dos parques do Distrito Federal - que hoje são quase setenta, mais as unidades de conservação - somam uma área significativa comparando com o resto do País. Temos um percentual muito maior em relação ao resto do País.

Uma outra coisa sobre a qual eu gostaria de falar, respeitando muito todos os que estão aqui, é que a forma de ocupação do Parque do Guará, o Parque Ezechias Heringer, em nada se assemelha ao que poderíamos chamar de "conservação" ou de "uso sustentável do espaço". É preciso ir lá ver. É preciso que tenhamos o discernimento do que é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	21

desenvolvimento sustentável, do que é uma ocupação com respeito à natureza. (Palmas.)

Que o homem deve trabalhar de forma harmônica com os recursos naturais, todos sabemos. Queremos encontrar o melhor caminho. Sem dúvida alguma, o Parque Ezechias Heringer e qualquer outro parque deve ser desocupado e tratado de forma a permitir que todos - dois ou três milhões de habitantes do Distrito Federal - tenham acesso à sua área.

Muito obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à Secretária Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas, Sra. Dolores Pierson.

SRA. DOLORES PIERSON - Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Benício Tavares. Trago o pensamento do Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno, que não visa, de forma alguma, uma relação direta com as pessoas que estão envolvidas nesse processo. Temos o dever e a responsabilidade de apontar como poderemos conviver, de forma sustentável, no futuro, em nossa cidade, e como temos de exercer, a partir do conhecimento que temos, esse dever de ajudar para termos tranquilidade e sabermos que tentamos e buscamos, até de forma altruísta, contribuir para que gerações futuras tenham uma vida absolutamente harmoniosa com a natureza que nos foi legada. A grande responsabilidade é: "como vamos receber as gerações que nos seguem - nossos filhos e, no meu caso, nossos netos, e também os seus netos, pois não se trata de uma ação individual, mas coletiva.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	22

O Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno vem manifestar-se quanto à situação atual do Parque do Guará, fazendo as seguintes considerações: 1 - O Parque Ecológico Ezechias Heringer, denominado anteriormente "Parque Ecológico do Guará", existe desde 1968. A primeira regularização ocorreu por meio do Decreto nº 3.597, de 11 de março de 1977, em função de interferências com área de transmissores da Rádio Nacional. Sua área inicial somava 700 ha e, com a implantação de diversos loteamentos, foi reduzida para 489 ha. Já houve um grande decréscimo nessa área. Em 1984, por decisão judicial, ficou aprovada a anexação da área nº 1 ao Jardim Zoológico de Brasília e, das áreas 2, 3, e 4, ao Parque Ecológico do Guará. Ficou alterada ainda a denominação das áreas 1, 2, 3 e 4 para áreas 27, 28, 29 e 30, respectivamente. Em 1988, por meio do Decreto nº 11.262, as áreas 29 e 30 passaram a constituir a Reserva Ecológica do Guará e as áreas 27 e 28, o Parque Ecológico Ezechias Heringer. Em 1993, em função da construção do metrô, que abrangeu parte de sua área, foi elaborado o Plano Diretor, que estabeleceu o zoneamento das duas áreas, agora dois parques, separados, fisicamente, pela Estrada Parque do Guará (EPGU). A Lei nº 756, de 8 de setembro de 1994, denominou o Parque do Guará como "Parque Ecológico Ezechias Heringer" e a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, criou, definitivamente, o Parque Ecológico Ezechias Heringer, com uma área de 306,4 ha, que incluiu o trecho do Córrego Guará. São dados históricos que mostram como isso foi sendo constituído. O importante está neste parágrafo: O Parque Ecológico do Guará e a Reserva Ecológica têm papel fundamental na bacia hidrográfica do Córrego Guará, pois eles são a única área contínua de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	23

vegetação nativa, que representa apenas 13% de toda a área da bacia, percentual esse responsável pela proteção do sistemas naturais e dos recursos hídricos dos impactos que cerca de meio milhão de pessoas exercem na área da bacia do Córrego do Guará. Além do mais, o Parque Ecológico age como um corredor ecológico para a fauna, interligando espécies da Reserva Ecológica, ao Jardim Zoológico, ao Santuário de Vida Silvestre no Riacho Fundo, fazendo parte a região da APA do Planalto Central. Ainda assim, é importante ressaltar que nesse processo de constituição da área de preservação ambiental e lazer da comunidade, houve uma diminuição de quase cinquenta por cento da área prevista inicialmente.

Os levantamentos e estudos que precederam a criação do Parque Ecológico Ezechias Heringer apontam invasores de diferentes perfis, o Relatório de Vistoria 16/99-IEMA diz o seguinte: Podemos considerar dois tipos de invasores: os permanentes e os invasores temporários. Os permanentes são chacareiros, que delimitam suas áreas de chácaras fazendo benfeitorias como casas de alvenaria, piscinas, galinheiros, pocilgas, restaurantes. Os temporários são as famílias de baixa renda que se deslocam ali mesmo no Parque, de um ponto a outro, não tendo localização fixa, sendo que geralmente conseguem suas rendas por meio de venda de materiais como papelão, ferro velho, latinhas, caixas de verduras, e mudanças, aumentando a quantidade de lixo e entulho dentro do Parque. Quem diz isso não sou eu nem o Fórum, esses dados estão em um relatório que o Governo fez à época. Então, é bom que isso fique bem claro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	24

Também existe um levantamento do IDHAB - Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal -, de 1996, que revela que apenas 0,8% dos moradores do Parque estavam ali há mais de 31 anos; quatro por cento desses moradores, entre 20 e 30 anos; 18,7%, entre 11 e 20 anos e 50,4% estavam ali de um a dez anos. Também temos de considerar isso.

Os objetivos de um parque ecológico são proteger e recuperar recursos hídricos e genéticos, promover a recuperação de áreas degradadas, conservar ecossistemas naturais e estimular o desenvolvimento de educação ambiental e atividades de recreação e lazer em contato com o meio natural. Portanto, esses objetivos são incompatíveis com a ocupação humana contínua, a não ser em áreas especiais, razão pela qual, por ocasião da construção do Metrô dentro de área do Parque, foram retirados e indenizados vários moradores que ali residiam. Esse também é um dado de relatório do Governo, Cabe registrar, ainda, que a população do Guará está à espera da efetiva implantação do Parque há mais de dez anos. Isso também está comprovado por diversas mobilizações e movimentos que a comunidade, em diferentes momentos, no Guará, tem feito.

O Parque Ecológico do Guará e a Reserva Ecológica são áreas de extrema importância para a manutenção da qualidade de vida, não só da região administrativa onde se insere, mas para todo o espaço do Distrito Federal. Além de oferecer um sentimento de bem-estar, satisfação e felicidade, propiciando o contato do homem com a natureza há muito perdido no ambiente urbano, são muito importantes para a preservação do restante da vegetação e recursos naturais ainda existentes na malha urbana,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	25

garantindo assim a proteção de ecossistemas essenciais, podendo minimizar os problemas ambientais, pois são espaços que propiciam a manutenção de nascentes e a preservação da fauna e flora essenciais ao equilíbrio dos ecossistemas locais.

Assim sendo, reiteramos a necessidade da desocupação total do Parque e sua efetiva implantação para que esse possa ser usado única e exclusivamente para os fins para o qual foi criado em benefício de uma população de todo o Distrito Federal. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Convido para fazer uso da palavra o Sr. Carlos Alberto de Araújo, presidente dos chacareiros do Parque Ezechias Heringer, no Guará.

SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO - Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Chico Floresta, os Deputados Paulo Tadeu, Benício Tavares, Peniel Pacheco, Chico Vigilante, as Deputadas Erika Kokay e Ivelise Longhi e demais Deputados presentes.

Eu quero cumprimentar também o secretário da Comparques, professor Ênio, as demais autoridades da Mesa, a imprensa e todos os sofridos chacareiros do Parque do Guará há mais de trinta anos.

Eu mobilizei o povo para vir até esta Casa, Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Floresta e demais Deputados, porque, no coração do Brasil, na Capital do Brasil deparamos com o maior ciclo de covardia para humilhar um cidadão brasileiro, um pai de família.

Apesar de me ver como amigo de quase todos os Parlamentares, ou melhor, de todos os Parlamentares desta Casa ao longo de todos esses anos, eu me vi morrendo à míngua, sozinho, quase sem ninguém. Em toda a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	26

minha vida, desde quando surgiu a Câmara Legislativa, sempre acreditei na sinceridade desta Casa, por isso recorri a ela para trazer as minha dores e as dores do povo que eu represento.

Neste ensejo, eu gostaria de pedir e dizer, da tribuna desta Casa honrada, que a imprensa muito tem me ajudado, mas não tem mostrado a realidade, pois temos passado por sofrimentos cruéis, Srs. Jornalistas. Está ali, Srs. Deputados, o Sr. Vargian algemado diante dos filhos, diante da esposa, impedido até chorar na hora da demolição da casa dele. Homem que, na lista da Fundação Zoobotânica de 1988, está aqui no número 24, ocupa aquela área há mais de trinta anos, garantido com toda a segurança e aparato, que até mesmo esta Casa lhe deu, ele não teve o direito nem de suspirar e ou ver a demolição da sua casa.

Eu quero informar esta Casa sobre algo que a maior parte dos senhores já é conhecedora. Quando foi feito o decreto da reserva em 1988, o Decreto nº 11.262, o art. 3º já garantia a nossa indenização.

O prof. Ênio chegou ali calçando um sapatinho de algodão. Ele fez um levantamento junto à Emater, que nos qualificou como produtores rurais, e estão aqui. Tenho aqui uma relação de todos os oitenta e seis chacareiros, até com valores. Uns com vinte, outros com trinta, das benfeitorias. Criou dentro de nós uma esperança de transferência para outro lugar, a fim de ali continuarmos as nossas atividades. Naquela ocasião, começamos a perceber que ele havia mudado o rumo das coisas e, então, entramos em desespero.

Os senhores podem imaginar a idade desse povo? São pessoas com mais de sessenta anos. Para onde iremos? Qual será o nosso destino?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	40ª ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	27

Na jornada da vida, depois de morarmos ali e constituirmos família, com filhos, noras, netos e até bisnetos, recebemos, agora, um trator para derrubar as nossas casas, as nossas benfeitorias.

Dirijo-me à representante do Fórum das ONGs. Elogio as ONGs de Brasília na pessoa do Sr. Souto Maior. Se não fossem elas, no local onde vivemos seriam construídos prédios de vinte e oito andares para a alta sociedade. Parabenizo vocês por isso.

Informo aos amigos que expõem as faixas que pedem a preservação do parque que nós preservamos o parque para vocês. Ao longo dessa história, nunca ocorreu estupro ou assassinato nem qualquer tipo de crime. Preservamos o lugar que ocupamos. Retiramos dele apenas o nosso sustento.

Sr. Presidente, quero passar a nossa amiga do Fórum das ONGs o parecer técnico do engenheiro florestal Fernando Carvalho da Silva, professor aposentado da Universidade de Brasília, mestre em Ecologia pela UnB, ex-professor da Universidade de Tocantins, ex-diretor do Centro Universitário de Palmas, coordenador do curso de Engenharia Ambiental, responsável pela disciplina Ecologia e Recuperação de Áreas Degradadas. Aqui, o meu respeito por esse ambientalista, que muito fez por Brasília, pelo Brasil e pelo curso de Engenharia Ambiental. Nesse parecer, ele diz em alto e bom som: "Considero viável a coexistência e a convivência dos chacareiros do Parque do Guará."

O que estamos fazendo aqui é algo bonito. A América do Norte já fez isso. A França, a Alemanha e a Suíça fizeram isso. Em todos os parques do mundo, há homens que o preservam, o que nada custa para o Estado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	28

Não há custo. O que queremos é continuar preservando o parque, e com fiscalização, não para nos expulsar, mas para nos orientar. É disso que precisamos. Não precisamos de pessoas para nos coagir, mas, sim, para nos dar sustentação.

Os parques, de modo geral - principalmente o Parque da Cidade, cuja areia é fonte de micose -, estão precisando de uma recuperação geral. Será que o Governador dará conta de manter os mais de sessenta parques de Brasília? A manutenção de um soldado da Polícia Florestal nesses lugares para impedir as ações dos vândalos custa mais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Na área 29, há uma captação de água que vai até o zoológico. Depois que removeram os chacareiros daquele lugar, os vândalos já roubaram mais de um quilômetro de cano de ferro. Em razão disso, o zoológico não tem mais água da captação da área 29. Tenho aqui as fotos. Se os Deputados quiserem, podemos apresentá-las.

Dói o meu coração saber que, nesse grande período - que a Deputada Ivelise Longhi conhece -, o Governador está com o coração voltado para outro sentimento. Tivemos ali inúmeras promessas. Tivemos ali vários Parlamentares, em um momento em que seríamos tratados com dignidade. Muitos cidadãos que hoje não têm sequer condições de andar terão de ir para outro lugar que ainda nem é oferecido.

Peço uma explicação ao Sr. Presidente; por que, no Parque Sucupira, foi destinada uma área na Fazenda Larga - que pertencia à Fundação Zoobotânica, onde pesquisas eram realizadas -, que foi loteada em dois hectares para aqueles produtores de hortas médias, pequenas e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	29

comunitárias? Eles mereceram receber isso, e nós, que temos o amparo da lei... Informamos ao Secretário que a lei que criou a Secretaria de Parque, em seu art. 22, diz que o tratamento aos chacareiros teria de ser separado, dialogado. Se o meu erro foi vir a esta Casa buscar refúgio para a nossa alma, para o nosso desespero, continuarei sempre aqui, porque é aqui que me sinto guarido para os nossos problemas.

Deputada Erika Kokay, temos ali um casal de idosos: o irmão Ricardo e a irmã Célia. Vejam a situação deles. Para onde o senhor vai, irmão Ricardo? Será que o Prof. Ênio perdeu o sentimento de coração humano? Para onde vai esse casal de idosos? Os filhos construíram uma casinha para eles, que são produtores, fazem rapadura, vendem ovos caipira. Eles têm uma renda de R\$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais proveniente da produção própria, tirada do suor e das mãos. Esses homens não têm de ser reconhecidos? Ou estou aqui mentindo?

Recorri a esta Casa e recorrerei sempre que for preciso. Sinto-me bem nesta Casa. Sempre estarei aqui. Sei que o Prof. Ênio recebeu uma missão, mas a missão mais dura é a minha, a de representar esse povo ao longo de quinze anos dentro do estatuto da associação. Em momento algum achei isso pesado, em momento algum deixarei de fazer isso enquanto fogo eu tiver.

Amanhã posso até ser tombado, mas serei tombado com dignidade e com caráter, como cidadão e produtor rural. Vários Deputados que já foram a minha casa sabem disso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	30

Tenho em mão uma qualificação de produtor rural pelo SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, não só eu como cinqüenta por cento dos chacareiros, uns agricultores, outros apicultores, outros criadores de peixe e assim em diante. Somos capacitados para exercer a função rural.

Em 1991, fomos reconhecidos pela FLBA, Fundação Legião Brasileira de Assistência, que, junto com a Emater, nos deu orientação. Recebemos um financiamento para exercermos as nossas atividades rurais. Um deles encontra-se aqui, o irmão Didiel, que recebeu o dinheiro, aplicou-o e produziu com qualidade. Por isso, deixo aqui não o meu sentimento pessoal contra ninguém, mas lembro aos Srs. Deputados que proponho seja criado para o Parque do Guará uma área - assim como é feito em todo o mundo - e que possamos ali, com o apoio do Governo, continuar as nossas atividades preservando o meio ambiente. Isso nada custará ao Estado. Do contrário, precisamos de outro lugar e de uma indenização para que possamos continuar a nossa jornada ruralista.

Por isso, eu agradeço à Deputada Erika Kokay e a todos vocês, Deputados. Muito obrigado por terem me recebido aqui. A minha casa, como sempre, estará aberta para todos vocês.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Com a palavra, o Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, é mais do que justo e correto que, no âmbito da Câmara Legislativa, este debate esteja sendo feito, que os chacareiros tenham a chance de vir aqui e de declararem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	31

suas intenções, declararem sua boa-fé. E, ao mesmo tempo, é importante que o Governo também possa vir aqui explicar os seus procedimentos, as atitudes que toma.

Eu quero, em primeiro lugar, falar da questão ambiental. Para nós, que lutamos pela causa do meio ambiente, é de vital importância que se chegue a uma solução definitiva e urgente e, não, a uma solução que venha ser novamente adiada ou procrastinada, porque nós queremos, integralmente, o Parque do Guará a serviço da questão ambiental e da população da cidade do Guará.

Eu já até apresento uma proposta: que nós possamos fazer uma Audiência Pública como esta, com todos os Parlamentares, na cidade do Guará, até mesmo, dentro do Parque, para que a população do Guará também possa ter oportunidade de se manifestar sobre esse assunto.

Nós já ouvimos aqueles que estão ocupando o Parque hoje, mas nós temos de ouvir os anseios da população do Guará, que, há décadas, aguarda a liberação daquele Parque. Quando veio o metrô, se fez toda uma discussão para que o Parque do Guará pudesse, inclusive, contar com as verbas do metrô como compensação ambiental, para que o Plano de Manejo do Parque do Guará pudesse ser executado. Isso não foi feito. O Plano de Manejo está no papel, foi uma obra deste acordo feito com a sociedade do Guará, mas jamais foi posto em execução. Por quê? Um dos impedimentos é a ocupação do Parque do Guará.

Eu vi aqui alguns Parlamentares, tanto na sessão anterior como nesta, dizerem que os moradores são defensores do Parque. Isso não é verdade. Os defensores do Parque do Guará são aqueles que querem ver



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	32

aquele parque não como propriedade privada de alguns, mas como propriedade coletiva, que sirva a todos. Essa é a questão fundamental. A comunidade do Guará pode, sim, cuidar daquele parque. Daí, queremos, imediatamente, a implantação de um conselho gestor, para que a comunidade do Guará possa, junto com a Comparques, com a Secretaria de Parques, discutir todos os passos, todos os procedimentos para a implantação do Parque do Guará e para sua efetivação como domínio público, para usufruto da comunidade da cidade do Guará. Essa é uma questão fundamental. Aí se apresenta um debate sobre quantas famílias habitam lá hoje e sobre qual o direito que elas têm. Falam assim: "Ah, porque eu estou há 36 anos".

Eu tive acesso, agora, a um documento: um relatório da Comparques, tratando da situação do Parque do Guará. Eu quero fazer uma pergunta para o Sr. Ricardo. O senhor tem casa em outro lugar, Sr. Ricardo? Sim? Tem uma casa em outro lugar.

Tenho, aqui, uma listagem de 57 pessoas e uma outra, de 21. Se "pintam" essas pessoas como sendo assim: "Coitadinho, não tem onde cair morto, não tem para onde ir. É uma ignomínia o que estão fazendo com esse pessoal do Parque do Guará".

Eu estou com uma listagem aqui em que se pode comprovar que algumas dessas pessoas têm casas em outros lugares como: no Parque Way, no Guará e no Guará N, na Ceilândia, em Taguatinga, no Setor Leste do Gama, no Riacho Fundo, na Candangolândia, no Paranoá... E muitos ganharam lotes para desocupar o Parque do Guará e estão lá até hoje. O Sr. Carlos Alberto mesmo tem casa no Riacho Fundo I, não é isso? Ah, já teve.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	33

Gente, a legislação é muito clara. Não há usucapião em terras públicas.

(conversa fora do microfone)

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Eu não tenho nenhum. Eu não sou ocupante e nem invasor.

A questão é muito clara: não há usucapião em terra pública. Portanto, eu vejo que a situação tem de ser resolvida da maneira legal. Quem está infringindo a lei, não pode continuar infringindo a lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Floresta, só um minuto: eu quero comunicar a senhora presente no plenário que não se pode fazer aparte aos Deputados. Nós estamos produzindo um debate, se todo mundo for falar, vai virar uma coisa desagradável.

Eu pediria que todos ouvissem o Deputado Chico Floresta, com respeito e atenção.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Então, vejam bem: o que está em jogo, na verdade? De um lado há toda uma cidade, que é a cidade do Guará, com a sua população, que quer ter o usufruto deste Parque, direito pelo qual essa comunidade lutou, arduamente, durante muito tempo. Não foi fácil conseguirmos aquele parque e, no entanto, não podemos dele usufruir.

Uma lei de minha autoria criou o Parque de Águas Clara, muito posteriormente à criação do Parque do Guará e hoje você vai a Águas Clara e vê como está o Parque de Águas Clara. O Parque está implantado, a comunidade de Águas Clara utiliza e protege o Parque. Quando entra um invasor, aquelas pessoas que chegam lá, às cinco horas da manhã, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	34

caminhar, já avisam para a Administração, para a Comarca: "Olha, estão invadindo o Parque, tem um invasor lá, tem de retirar".

A comunidade inteira está posicionada no sentido de defender o Parque de Águas Claras, porque ele se transformou em um dos principais fatores de qualidade de vida para aquela cidade. Todo mundo entende isso, e todo mundo quer proteger a área.

A comunidade da cidade do Guará quer a mesma coisa, e não está podendo ter.

Acho que essa questão foi mencionada aqui, por alguns Parlamentares. Todos eles, até agora, disseram o seguinte: Tara quem está dentro da lei, se realmente estiver dentro da lei, vamos buscar uma solução. Mas com aqueles que estão tergiversando, procurando um "jeitinho" para poder ficar, no Parque, ilegalmente, com esses, não podemos compactuar."

Aqui, os Parlamentares foram praticamente unânimes em relação a isso. Essa Audiência Pública está sendo muito feliz, porque poderemos colocar os pingos nos "is", e faz com que os Parlamentares digam claramente que não vão compactuar com nada que seja ilegal. E foi o que a gente ouviu até agora. Isso é absolutamente positivo.

Eu acho que devemos ter uma Audiência Pública na cidade do Guará. Vamos fazer esse debate junto com a população do Guará, como um todo. Os Parlamentares vão lá, vão apresentar suas posições e os chacareiros vão apresentar suas posições. Só digo uma coisa e repito: nós precisamos de uma decisão urgente. Nós não podemos mais tergiversar a respeito desse assunto. Já lá se vão mais de cinco anos que esse debate é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	35

feito e, normalmente, temos um suspiro e, em seguida, a tendência é que se demore mais dois, três, quatro, cinco anos, sem se falar neste assunto.

Portanto, estão presentes várias entidades do Guará e a decisão da cidade do Guará é a seguinte: a comunidade do Guará quer o Parque disponível para que possam utilizá-lo. Essa é a vontade da cidade do Guará. E nós podemos realizar uma Audiência Pública para debater esse tema. Vamos fazer uma pesquisa regimental para saber se é possível fazermos um plebiscito, se for necessário, com os moradores do Guará e consultá-los a respeito de se querem o Parque liberado ou não. O Governo vai discutir com aqueles que estão lá uma solução para os que têm direito legal. É evidente que para aqueles que não têm direito legal, acredito que, claro, se a pessoa já tem a sua moradia, se a pessoa já tem a sua condição de vida, ela tem de se retirar, de fato, do Parque do Guará.

Então, esta é a minha posição: defendo o Parque para os moradores da cidade do Guará e que nós façamos, imediatamente, uma audiência pública na cidade do Guará, para que possamos até verificar a possibilidade de um plebiscito para tratarmos desse assunto, conhecendo a posição da cidade do Guará.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Floresta.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu creio, Deputado Benício Tavares e Deputado Paulo Tadeu, que nós fomos muito felizes quando propusemos este debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	36

Eu prestei muita atenção na fala da Dra. Ana Júlia, Diretora do Instituto Jardim Botânico, porque, na verdade, na fala dela aqui, ela afirmou que o que está se discutindo, neste momento, é o que restou do Parque do Guará, porque o Guará I e II estão dentro do Parque do Guará - palavras dela. O Guará I e II estão dentro do Parque do Guará. O *Park Shopping* está dentro do Parque do Guará!

Portanto, se o Guará I e II, o *Park Shopping* e outros organismos importantes estão dentro do Parque do Guará, o que precisa ser feito neste momento? Dar a esses moradores o mesmo tratamento que foi dado ao *Park Shopping*, que foi dado aos atuais moradores do Guará, e não querer tirá-los de lá da maneira como estão tirando. Não são bandidos, não são marginais, não ocuparam por vontade própria...

Eu vou discordar aqui do meu amigo Deputado Chico Floresta. Deputado, não dá para fazer o debate querendo dizer que aquela senhora e aquele senhor que estão ali, daquela idade, que eles não poderão ter um tratamento especial porque adquiriram uma casa em outro canto.

Sou filho de lavrador. Vivi 24 anos da minha vida no campo. E essa era a preocupação da minha mãe. O mínimo que um pai, que tem preocupação com um filho, quer é arrumar mais de uma casa para, no dia em que ele morrer, sobrar alguma coisa para os filhos. É o mínimo que se faz, (Palmas.)

Portanto, o que precisa ser feito, neste momento, é: verificar quem são as pessoas que produzem, efetivamente - de acordo com este documento aqui, que é sério, boa parte das pessoas que estão lá dentro produz -; destinar uma área de produção à altura deles, que querem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	37

produzir; dar o financiamento necessário para que eles produzam, porque não adianta soltar no mato que nem se solta raposa, porque a raposa, pelo menos, tem a galinha do terreiro para comer, porque se não tiver ela morre de fome também. Então não adianta soltar no mato, como se solta raposa, que ele não vai produzir nada. Portanto, tem de pegar as pessoas que querem produzir, Deputado Peniel Pacheco, colocar num local onde elas possam produzir efetivamente e dar o incentivo para que elas produzam.

O Secretário chegou aqui com a autoridade dele, dizendo que nós temos autorização... Eu não dei autorização para ninguém derrubar casa de ninguém. Não dei e não dou. Não dou! Só fui a esse parque uma vez. Nunca fui lá pedir voto e nem vou! Fui lá uma vez. Não estamos aqui discutindo voto; estamos discutindo cidadania; estamos discutindo o tratamento do ser humano. É isso o que se discute neste momento.

Portanto, qual é o apelo que faço ao Governo do Distrito Federal? Vamos tratar essa coisa com seriedade? Vamos tratar os moradores com a dignidade que eles merecem? Vamos dialogar francamente? Vamos chegar à conclusão de que, se não dá para continuar lá, qual é o lugar para onde devemos levá-los?

Falo isso com a autoridade de quem foi lavrador, de quem conhece a roça: não adianta pegar o homem e a mulher, trabalhadores rurais, e colocá-los num barraco no Riacho Fundo ou na Samambaia, porque eles vão morrer! Eles não nascem para ficarem trancafiados dentro de um barraco miserável no Riacho Fundo ou na Samambaia. São seres humanos trabalhadores, acostumados no campo, que gostam de ter liberdade, de levantar cedo, de escutar o canto do galo, da galinha, de ver o porquinho, de



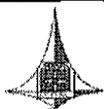
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	38

alimentar os bichos ali, de plantar a mandioca para o sua própria subsistência, de plantar o arroz, de plantar a cana e, depois, ver o resultado, que é o melado e a rapadura.

É isso o que o Governo tem de discutir. É isso o que o Governo tem de fazer, e não achar que, só porque está morando lá, todo mundo é marginal, todo mundo é vagabundo. Chega lá, com as algemas; derruba a casa, como se as pessoas não fossem seres humanos! É isso o que tem de mudar. É o comportamento que tem de ser diferente. Defensores dos seres humanos todos nós somos. Defensores do meio ambiente todos nós somos. Agora eu pergunto: para que serve o meio ambiente? O meio ambiente tem de servir para dar dignidade a todos os seres humanos, todos. Portanto, o direito que tem o mico leão dourado, o direito que tem um tatu, o direito que tem a onça pintada, o direito que tem o macaco prego é o mesmo direito que o lavrador tem de ter! Porque tem muita gente que defende o macaco prego, defende o mico leão dourado e, na hora de defender o ser humano, não tem a coragem de fazer a mesma defesa. E eu defendo todos.

Portanto, quero fazer um apelo às autoridades do Governo do Distrito Federal, especialmente ao Sr. Secretário de Parques: por favor, vamos sentar, com dignidade, e vamos conversar com essas pessoas; vamos verificar uma área onde dê para eles produzirem e viverem com dignidade, porque creio que eles irão, na maior tranqüilidade, sem precisar de polícia e sem precisar de trator.

Estou dizendo isso com a autoridade de quem, na semana passada, foi a Brazlândia, junto com o administrador de Brazlândia, que é do Governo - e sou da Oposição -, para impedir uma ocupação que está sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	39

feita no Estado de Goiás, com 4.500 lotes. Um loteamento que está sendo feito por uma imobiliária a 1 Km de um afluente do Descoberto, que abastece a população de Brasília, com 60% da nossa água. Isso, sim, vai degradar o meio ambiente, vai acabar com a produção de água do Distrito Federal. Fomos lá impedir isso. Já acionei o Ministério Público para que impeça aquela ocupação desordenada que estão fazendo.

Concluo dizendo que esta comissão está valendo muito para dizermos algumas verdades, mas também para apelar ao Governo do Distrito Federal para tratem essas pessoas com a dignidade que elas merecem.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, o Regimento é muito claro. Eu tenho ficado quieto, mas acho que chegou a hora de me manifestar. V.Exa., como Presidente, tem de se abster de participar dos debates. Se V.Exa. deseja conduzir as discussões para atender aos seus interesses e às suas idéias, tem de abrir mão de presidir a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Eu abro mão da Presidência desta sessão e convido o Deputado Peniel Pacheco para presidi-la.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, eu agradeço essa atitude, porque, desde o momento em que cheguei aqui, mesmo sendo eu o Terceiro Secretário, V.Exa. não teve a dignidade de convidar-me para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	40

me compor a Mesa, ação que o protocolo exige. E, agora que eu estou aqui, V.Exa. quer me colocar na Presidência para me impedir de debater? Sr. Presidente, abro mão e quero debater.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito a palavra, pois fui citado pelo Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a maneira como o Deputado Chico Vigilante entende a questão ambiental até se confunde com a de muita gente desta cidade e do Brasil. Então, na verdade, acabamos ficando sem peso e sem medida.

O que foi dito aqui, de maneira muito clara, por mim e por outros Parlamentares? Que, se a permanência dessas pessoas - temos um cadastro - for ilegal, iremos defender a ilegalidade? Eu não vou defender isso. Foi o que eu disse muito claramente.

Eu não vou defender a ilegalidade. Eu não vou defender usucapião em terra pública, porque isso não existe. Não há usucapião. Então, a pessoa ocupa terra pública por trinta, quarenta, anos. Usufrui de um espaço e, agora, ainda terá outra benesse? Receberá uma terra para sair de outra? Isso não é legal. Não está na nossa legislação.

Outra coisa precisa ficar clara. Muitos dos que estão indo de Parlamentar em Parlamentar, tentando convencer S.Exas., já foram indenizados com lotes ou casas e retornaram para o Parque do Guará. Então, isso precisa ficar definido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	41

Defendo a questão ambiental. Defendo o Parque, área exígua do território do Distrito Federal.

Qualquer território pode ser utilizado para ocupação humana e urbana, porém vamos defender os parques e o meio ambiente. Vamos ser categóricos com relação a isso, em vez de ficar tergiversando.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, cumprimento todos os componentes da Mesa, já citados; o Secretário Ênio, que aqui está com o propósito de participar desta comissão geral, e os Parlamentares presentes.

Senhoras e senhores, minhas palavras serão breves. Eu as pronunciarei com o intuito de fazê-los entender que o GDF se faz presente aqui por meio do Secretário e dos demais responsáveis pelo que acontece no Parque do Guará. Esta é uma demonstração de que o Governo busca o diálogo.

O GDF demonstra também respeito para com esta Casa e consideração para com a solicitação dos Deputados de que se realizasse este encontro. Os Parlamentares se manifestaram, ao longo de toda a semana passada, em favor do requerimento que propiciou a efetivação desta comissão geral, cujo objetivo é criar a oportunidade de discutir qual é o papel do Governo neste processo e quais são as formas de tratar a questão, de maneira a evitar dano às famílias e a restabelecer-lhes a tranquilidade, pois trata-se de pais e mães que precisam receber - e já vinham recebendo por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	42

parte do Governo - tratamento adequado e necessário em função da polêmica do tema.

É importante ressaltar a preocupação e a disposição dos Parlamentares quando apresentaram a proposta a que me referi. O Deputado Peniel Pacheco foi um dos Parlamentares que se empenhou para que o requerimento fosse aprovado, bem como os Deputados Benício Tavares, Augusto Carvalho, Chico Floresta, Paulo Tadeu, Chico Vigilante, Erika Kokay, Aríete Sampaio. Além desses, todos os Deputados do PMDB e dos demais partidos de apoio do Governo. Enfim, todos nós entendemos que esta Casa gostaria de discutir esta proposta junto com o Governo.

Então, Professor Ênio, o papel do senhor aqui, hoje, é manifestar a posição do Governo, que não pode ir na contramão das decisões judiciais, mas que pode - como diz o Governador Roriz, cuja prioridade é ouvir a população, e que tem sido um benfeitor na Capital do País - atender as questões sociais com competência e coerência.

Não poderia ser diferente nesta questão, que preocupa por causa dos que lá residem e que ali depositaram suas esperanças, como bem sabe a Deputada Ivelise Longhi, que tem experiência vasta nesta área e que, hoje, é Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários desta Casa. S.Exa. conhece muito bem esses desejos e é testemunha do desejo do Governador em atender a todos os pleitos.

Cento e vinte e seis famílias já foram transferidas para área próxima ao metrô, em atendimento ao compromisso do Governo de implementar um programa habitacional. O que se pretende aqui é que o Governo não deixe ninguém desamparado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	43

Esse é o propósito da vinda do Professor Ênio, a quem, desde já, agradeço a presença, principalmente porque, convidado ontem, quando ainda estávamos com indefinição de horário, prontamente atendeu ao convite desta Casa.

Portanto, agradecemos sua participação e, mais uma vez, afirmo que a proposta do Governador Roriz é atender as mais diversas reivindicações da população, sem confronto e buscando o entendimento capaz de resolver todas as questões.

Agradeço também a presença de todos que vieram a esta Casa. Saúdo os que já buscaram esta oportunidade antes. Espero que saiamos daqui com respostas conclusivas em relação aos pleitos apresentados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Agradeço as palavras da Deputada Anilcélia Machado.

Concedo a palavra à Deputada Ivelise Longhi.

DEPUTADA IVELISE LONGHI - Boa-tarde a todos,

Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu; Sr. Secretário da **COMPARQUES**, Prof. Ênio Dutra; prezada Ana Júlia; prezada Dolores; prezado irmão Carlos; Deputados Peniel Pacheco, Chico Floresta, Chico Vigilante, Erika Kokay, Augusto Carvalho e Benício Tavares, autores do requerimento que propiciou este momento de discussão, boa tarde.

Saúdo todos, não somente os moradores do Parque, mas também os moradores do Guará que aqui estão, num exercício de cidadania e de democracia, discutindo, conversando, dialogando. Aliás, isso sempre foi a tônica desta Casa e também do Governo Roriz.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	44

De fato, tivemos oportunidade de conhecer esse assunto há alguns anos, conforme disse a Deputada que me antecedeu. Por mais de vinte e cinco anos lidei no GDF com a questão de terras, é óbvio que não poderíamos deixar de conhecer as dificuldades das famílias do Parque do Guará e de tantas outras áreas do Distrito Federal que querem morar na Capital do país.

Isso gera muitas oportunidades, porém, todos nós moradores lutamos pela qualidade de vida daqui, seja pelas oportunidades que tivemos, seja pelas oportunidades que queremos para nossos filhos, o que é principal.

Escutamos atentamente as informações de vários oradores - e estava presente também o Deputado Chico Vigilante. Vejo que, normalmente, quando tratamos desses assuntos - e não poderia ser diferente -, sempre usamos de muita paixão, de muita emoção. E fica como se, de um lado, alguns discutissem a questão da natureza e da preservação do meio ambiente, e de outro, um grupo defendesse os moradores, as pessoas que querem um espaço para morar, para viver, para desenvolver uma atividade. Na verdade, estamos todos discutindo a mesma questão: preservamos o meio ambiente para preservar a vida de cada um de nós. E a vida significa você ter onde morar, ter como gerar renda para sustentar a família e ter um ambiente saudável para seus filhos crescerem. Se nada disso é isolado, não se pode trabalhar isoladamente.

Então, quando se fala em preservar meio ambiente, em criar áreas para parques, estamos falando em preservar a vida. Contudo, respeitar a vida significa respeitar as pessoas e, respeitando-as, temos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	45

respeitar o ambiente em que vivem. Por isso afirmo que estamos todos discutindo a mesma questão.

Temos de nos despir de paixões, de emoções, e precisamos discutir com seriedade, sem tomar partido de "a" ou de "b", sem demagogia e sem apenas usar palavras bonitas. Precisamos, sim, de uma solução que nos possibilite ter implantado um parque que atenda às necessidades dos que querem utilizá-lo como tal, bem como as de quem mora e tem sua subsistência ali.

Pelo que conheço do Prof. Ênio, mas, principalmente, porque também já fui Secretária de Estado, sei que nós do Governo do Distrito Federal seguimos as diretrizes emanadas de um dirigente chamado Joaquim Roriz.

S.Exa. sempre tratou a questão ambiental e a questão da dignidade humana de forma conjunta. Tanto que, ao mesmo tempo em que criou um programa habitacional que hoje é exemplo no mundo inteiro, S.Exa. criou a primeira Secretaria de Meio Ambiente do Brasil. Destaco que, hoje, a Vice-Governadora está recebendo um prêmio em Berlim, juntamente com a Secretária de Habitação, pelo programa habitacional do Distrito Federal, que respeita a dignidade das famílias. Daí percebemos a preocupação que S.Exa. sempre teve em conciliar meio ambiente e ocupação do território.

O Plano de Manejo foi aprovado em 1993, portanto, no Governo Roriz. Hoje, num esforço bastante grande, com a criação da Secretaria de Parques, busca-se implantar, não só este parque, como outros. Tive oportunidade, como Secretária de Educação, de acompanhar o Professor Ênio em cada caso. Cada um deles foi olhado individualmente. Ninguém



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	46

ficou desamparado, nem poderia ficar, não só por determinação do Governador, mas também porque nós técnicos também tivemos essa preocupação.

Sr. Presidente, temos de discutir aqui com muito cuidado. Acho que a transformação da sessão ordinária de hoje em comissão geral para tratar desse assunto mostra a importância da Câmara Legislativa como local de debate, como local para onde as pessoas vêm manifestar seu ponto de vista. Cada pessoa com sua idéia, mas todos convergindo para a mesma solução.

Eu entendo que, da mesma maneira que há preocupação em preservar a vida, manter o parque e a subsistência dessas famílias, há também a preocupação em avaliar bem tudo isso.

Há pouco, eu conversava com um técnico o seguinte: nada impede que, nos planos de manejo dos parques, de forma genérica, haja moradias. É necessário que o plano de utilização determine aos moradores legítimos o respeito aos critérios. Os que estiverem no local há muito tempo devem seguir um plano de utilização, como frisou o Deputado Paulo Tadeu. Deve haver fiscalização, de forma a comprovar que os moradores estão preservando o local, ou seja, garantem sua subsistência, mas também preservam a região. Isso deveria ser definido no Plano de Manejo, que já existe desde 1993.

Quando o Professor Ênio assumiu a Secretária, esse Plano já havia sido aprovado, todavia, nele - se eu não engano, Professor - não se prevê essa ocupação. É isso o que nós temos de avaliar. Hoje, o que o Governo faz? O que ele tem de fazer? Seguir regras e leis. O Poder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	47

Executivo não poderia desrespeitar as leis feitas nesta Casa que não permitem a ocupação.

Se avaliarmos como possível a moradia no parque, teremos de fazer uma revisão do Plano de Manejo. É isto o que deve ser discutido hoje: há necessidade de uma revisão do atual Plano de Manejo? Caso não, essas famílias têm, dentro de critérios legais, direito a serem tratadas com dignidade, o que implica levá-las para um local em que tenham garantida a sua subsistência. Foi assim nos demais parques. Tenho certeza de que será assim no Parque do Guará.

Eu tenho muita esperança de que, num prazo muito curto... e tem de ser curto mesmo, como mencionado, para o bem de todos nós, para acabar com a angustia de quem mora e para atender aos anseios dos que querem o Parque implantado.

Todos nós queremos sair daqui com propostas, com alternativas concretas do que podemos ou não fazer conforme a legislação, que todos nós aqui defendemos. Nós defendemos critérios e regras para que seja garantido o quê? Os nossos direitos, caso contrário, eles não valem nada. Então é isso que temos de defender. O que realmente queremos para nós e para as futuras gerações? Não cometer injustiças, mas também não ser demagogos em dizer que vamos realizar algo que, no fundo, todos sabem que não podemos fazer legalmente. É isso o que quero dizer para vocês.

Esta Casa está aqui para receber as propostas. Irmão Carlos, eu estive na área várias vezes e sei de pessoas que a ocupam buscando proteger o meio ambiente. Sei também, por meio de vocês - inclusive o senhor me mostrou -, de pessoas que lá estão buscando se aproveitar de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	48

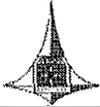
uma situação. Portanto temos de separar muito bem o trigo do joio, para saber quem, de fato, tem direito. A estes é necessário oferecer uma solução justa, diferente do que se deve oferecer a quem não tem direito e está lá apenas para tumultuar a vida dos demais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Eu agradeço à Deputada Ivelise e convido o Terceiro-Secretário dessa Casa, Deputado Peniel Pacheco. Logo após o Deputado Peniel Pacheco, a Deputada Erika Kokay poderá fazer uso da palavra.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente dessa sessão, Deputado Paulo Tadeu, Sras. e Srs. Deputados, senhores componentes da Mesa, Deputados Chico Floresta, Erika Kokay, Ivelise Longhi e Chico Vigilante, eu estava observando que cada um acha que está defendendo o lado certo. Há um grupo que tenta transformar os moradores que estão residindo hoje dentro do Parque Ezechias Heringer, segundo todas as classificações aqui apresentadas, de vítimas em algozes. Por outro lado, há alguns que querem colocá-los como algozes que se transformam em vítimas. Ou seja, os moradores estão colocados num fogo cruzado. Há um grupo balançando as bandeiras e agitando os canhões para detonar o grupo que está aqui no meio. Do outro lado, um grupo preparou a sua artilharia e está soltando fogo contra os outros, o grupo aí no meio. Ou seja, de repente vocês viraram um grupo que está sendo alvejado simplesmente por serem moradores do parque.

Como nós verificamos aqui, mais ou menos, cinqüenta por cento dos moradores do parque estão lá há mais de dez anos, há cerca de trinta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	49

anos. Dos outros cinquenta por cento, boa parte está lá há mais de cinco anos, e uma pequena parte, que não é tão grande, está há menos de cinco anos. Há alguns que moram há um ano e pouco.

Eu não quero cair nessa *armadilha* de ficar dando tiro nos outros e acertar os moradores lá, porque morador não tem nada a ver com a nossa briga ideológica aqui. Eu posso até arrancar aplausos de um lado e, depois, de outro, mas nosso objetivo aqui não é arrancar aplausos, Nós estamos aqui para arrancar uma solução para esse caso. E a solução tem de existir.

Alguma coisa degradou mais o Parque Ezechias Heringer do que o metrô? O metrô cortou o parque por dentro, isolou um pedaço dele, que praticamente ficou incomunicável com a outra parte do parque, pois havia eletrificação no meio, cerca, trilho. O que fizeram para colocar o metrô ali? Era de interesse deles implementar o metrô. Para quê? Para se atender o direito de ir e vir, que é um direito constitucional. Pagaram indenizações aos moradores que estavam ali para eles saírem. Agora vêm dizer que não podem pagar indenização porque a lei não faculta. Como a lei facultou na época da construção do metrô?

Está aqui a Sra. Ana Júlia, uma combativa defensora do meio *ambiente*, Diretora do Parque Jardim Botânico de Brasília e filha do Dr. Ezechias Heringer, que foi um tradicional estudante da biodiversidade do cerrado e foi consolidado no Distrito Federal como uma das maiores autoridades. Ele foi inclusive um dos responsáveis pela criação do Parque Nacional de Brasília. Foi ali, no Parque do Guará, que ele identificou uma espécie rara que nunca tinha sido identificada, que, inclusive, recebeu o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	50

nome dele, *heringeri* - a primeira parte do nome, não me lembro agora. Sei que é uma espécie rara. Ajude-me, por favor, Dra. Ana Júlia.

SRA. ANA JÚLIA HERINGER - Têm algumas espécies raras ali: o pinheiro do brejo, que é inclusive uma espécie considerada pré-histórica; o *Podocarpus sellowii*; a *Habenária heringeri* e várias outras espécies.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - É essa, a *heringeri*, que foi catalogada com o nome dele.

SRA. ANA JÚLIA HERINGER - Em 1961.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Então, há uma histórica vinculação entre os estudiosos que procuraram defender aquele espaço, graças a Deus. Assim como já foi dito aqui, os moradores não estão naquela área para destruí-la. Se estivessem para destruir, já teriam destruído há muito tempo. Aliás, quando eles saem de lá, a destruição é iminente.

Então, se foi possível a desapropriação para se construir o metrô, que cortou o parque e danificou o bioma do cerrado, a vegetação nativa... Eu não sei se foi feito um corredor para que os animais pudessem transitar de um lado para o outro da linha do metrô. Parece-me que não há corredores. O metrô não protegeu a fauna daquela região. Para que o metrô? Para garantir o direito de ir e vir da população, pois ela precisa se locomover. E não é um direito constitucional o direito à moradia? E não é um direito constitucional do cidadão o direito à proteção do lugar onde habita? E não é um direito constitucional do cidadão a não-derrubada de sua casa com ele dentro?

Então, se foi possível encontrar uma solução para implantar o metrô dentro do parque e se foi possível encontrar uma solução para a desapropriação dos moradores que estavam no lugar onde ia passar a linha

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	51

do metrô, é possível encontrar uma solução para o caso dos remanescentes, aqueles que não foram desapropriados porque o metrô não ia passar em todas as áreas do parque. Há que se encontrar uma solução. Essa solução tem de levar em conta a dignidade do cidadão, da pessoa humana.

Proteger o meio ambiente é um dever de todos nós, independentemente de nossa cor partidária, da bandeira que levantamos nesta Casa, se somos ecologista ou não, se fizemos curso na área de proteção ambiental, na área de geografia ou se fizemos matérias relacionadas ao meio ambiente. Isso não está em jogo. Ninguém está aqui para defender uma tese catedrática, ninguém aqui veio para dizer que é melhor do que os outros em conhecimento de matéria de meio ambiente. Estamos aqui para resolver um problema de um grupo que mora há mais de trinta anos lá, quando alguns aqui nem eram nascidos. E temos de resolver isso de maneira humana.

Agora, se é verdade que há pessoas que já receberam um lote para sair do parque e ainda estão morando lá, não podemos concordar com isso, pois isso é oportunismo puro. Se alguém mora ali porque encontrou uma brecha para poder furar o cerco e estabelecer a sua casa ao arrepio da lei...

Na época em que Brasília estava sendo construída, ela precisava de ter produtos hortigranjeiros, senão a população daqui morreria de fome. Tinham de arranjar uma maneira de produzir, e pessoas foram se instalando e começaram a produzir e a vender os seus produtos. Por causa delas, não precisamos importar produtos de outros estados, pois eram produzidos aqui mesmo. Essas pessoas ajudaram a proteger não só o meio ambiente, mas a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	52

proteger também os que vieram para Brasília para ajudar a construí-la. Então, temos de levar em conta todos os fatores.

Esse debate não tem poder deliberativo. Nosso objetivo aqui é que cada um manifeste sua opinião e diga o que pensa a respeito do assunto. Agora, uma coisa é certa: esse debate tem de servir para se levantarem idéias, para serem somadas a outras e encontrarmos uma solução. Se ficarmos nesse chumbo cruzado, não chegaremos a lugar algum.

No lado do Park Shopping onde iam construir um parque aquático chamado *Wet'n Wild*, parque americano implantado em várias cidades brasileiras, e em Brasília não logrou êxito o projeto.

Havia a possibilidade de serem construídos edifícios com até 26 andares naquela área. Fiquei estarecido com a idéia de construírem prédios ao lado do Park Shopping e ao lado do Parque Ezechias Heringer. Isso não seria uma violência, porque o poder econômico certamente iria faturar e ganhar dinheiro utilizando a exploração do mercado imobiliário. Aliás, em Brasília, as empresas do ramo imobiliário são as que mais enriquecem. Talvez tenha sido a "galinha dos ovos de ouro", durante muito tempo, dos grandes empreendedores imobiliários que só ficaram ricos à custa da venda de apartamentos do tamanho de um pombal, bem pequenos, a preços mais caros que o metro quadrado da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Para essas pessoas tudo é possível, tudo é fácil, porque existe dinheiro em jogo. Como vocês não têm dinheiro para oferecer a ninguém, aí eles vão querer que o trator passe por cima. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	53

Isso é injusto! Eu, como Parlamentar, não posso concordar com que haja dois pesos e duas medidas. Sou a favor de defender o Parque do Guará e, se necessário for, adotar as medidas sérias, responsáveis e cabíveis, mas sem aviltar a dignidade humana de quem quer que seja. Sou contra colocar trator, derrubar famílias, até porque existe uma lei que protege os moradores que ali estão. Em caso de remoção, deveria haver indenização da mesma maneira que houve indenização para a construção do metrô. (Palmas.)

Alguém vai dizer: "Ah, mas a Procuradoria disse que é ilegal". Tudo bem, mas a lei ainda não foi considerada inconstitucional ou ilegal. A lei que existe, aprovada por esta Casa, ainda está em vigor. Então, antes de não aplicarem a lei, derrubem a lei dizendo que ela é inconstitucional. Ou a lei vale ou não vale. Se for inconstitucional, que seja declarada sua inconstitucionalidade. Como ainda não foi, está em vigor para todos os efeitos. Então, há amparo legal para promover a indenização dos moradores que ali estão a fim de que haja a implantação do Parque do Guará.

Posso dar uma sugestão: a área onde iriam construir os prédios de 26 andares poderia ser um bom lugar para vocês morarem.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Agradeço as palavras do Deputado Peniel Pacheco.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	54

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos e todas que compõem a Mesa e desejar uma boa-tarde a cada um dos que aqui estão.

Ninguém mais que a comunidade aqui presente lutou por esta comissão geral. Em verdade, a comunidade queria que fosse escutada a sua fala e está aqui na Câmara Legislativa para que sua fala possa ser escutada.

Eu diria que tem razão o Deputado Peniel Pacheco quando diz que estão em conflito, nesta comissão geral, dois direitos “fundantes” da Constituição brasileira: o direito de morar e o direito de preservação do meio-ambiente. Acho que é um equívoco quando se busca cindir a cidadania. A cidadania não é só ter o direito de morar, a cidadania é ter o direito de preservação do lugar em que vivemos. Cidadania significa sermos considerados enquanto seres humanos com direitos. O ser humano é parte da natureza e só vai se reconhecer como ser humano se entender a significação da terra, a significação do verde e a significação da vida nas suas mais variadas formas.

Portanto, não faço uma cisão entre a cidadania e o direito imediato, ou o direito constitucional de morar, e o direito de preservar o meio ambiente.

Por isso eu diria que também é equivocada uma discussão de que as cidades do Guará I e II foram fundadas dentro do parque. Quando planejaram o Guará, foi considerado o que seria a área do parque e considerou-se, inclusive, que a área do parque é fundamental para a qualidade de vida e para a preservação da própria vida. Preservação da vida!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	55

Eu diria que a ocupação do parque não preservou o meio ambiente. Tenho um relatório do ano de 2000 que aponta, dentre outras coisas: ocupação por chácaras, sobretudo na margem esquerda do córrego, as quais geraram retirada da cobertura vegetal nativa, em alguns casos até a beira do córrego, erosão, deposição de entulho e poluição do córrego pelo despejo de águas servidas; implantação de lagoas de estabilização no entorno do parque que causou a poluição das águas subterrâneas e do próprio Córrego do Guará; uso da área como cascalheira, caixa de empréstimo e implantação de aterros que provocou o desmatamento, a erosão e a descaracterização do solo a ponto de dificultar a interpretação das fotografias aéreas; drenagem das águas pluviais do Guará e do Setor de Indústria e Abastecimento para o córrego que provocou o surgimento de voçorocas e a poluição daquele corpo d'água com esgoto proveniente de ligações clandestinas, detergentes, óleos e graxas de postos de lavagem e lubrificação". E por aí vai. Estou citando alguns exemplos que mostram que não houve a preservação do parque nem do meio ambiente.

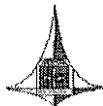
É preciso que nos situemos na discussão. Não estamos aqui para fazer uma discussão falsa ou pautada em premissas falsas. Existe um parque que, com toda devastação que sofreu, ainda é fundamental, porque tem matas ciliares que vão até o próprio lago. Ainda que haja a introdução do Metrô no parque, ela se deu às margens de uma lagoa de oxidação e em verdade não interrompeu o corredor ecológico, fundamental para a preservação da nossa fauna e flora. Estamos falando do cerrado. O cerrado que está quase extinto neste país e não se recompõe naturalmente. Portanto, é preciso do cuidado e respeito para com ele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	40ª ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	56

Dado este fato, eu diria que temos dois direitos “fundantes” da Constituição. Temos de ver as soluções que temos para preservação e desenvolvimento dos dois direitos, e não contrapor um ao outro. Não podemos contrapor o direito à moradia e o direito à permanência das pessoas que ali estão. Se elas estão ali há trinta ou trinta e cinco anos é porque, no mínimo, o Poder Público permitiu. Se o Poder Público não tivesse permitido, essas pessoas não estariam há trinta e cinco anos naquela região. São pessoas que, diga-se de passagem, por estudo e levantamento feito pelo próprio Governo do Distrito Federal, na sua maioria não têm como sua única atividade a atividade agrícola. Sessenta e três por cento da comunidade que ali está - de acordo com estudo do IDHAB - tem outra renda, tem emprego, inclusive, urbano, o que é um direito para que se possa inclusive construir a renda. Vejam bem, não são pessoas caracterizadas como populações tradicionalmente extrativistas e que aprendem a ter a sua sobrevivência a partir do próprio meio ambiente em que estão inseridas, como os seringueiros ou aqueles que vivem da retirada de castanhas, além de tantos outros exemplos de populações que se encontram dentro de áreas de preservação, inclusive de florestas.

Portanto, dado esse quadro, como vamos buscar uma solução? É possível preservar o parque com estradas e com locomoção de veículos dentro do parque? É possível organizar um reflorestamento do parque com animais, tais como cabras, que destroem aquela vegetação. Temos de fazer essa discussão. Creio eu que os chacareiros e a comunidade que ocupam e moram no Parque do Guará não estão aqui com o objetivo de fazer uma destruição do meio ambiente, mas estão em busca do direito de morar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	57

Portanto, o problema existe. Existe uma população que mora lá há tantos anos e que não pode ser vítima de violência. Uma população que tem de ser respeitada no seu direito constitucional. Por isso, eu diria que cabe ao Governo do Distrito Federal resolver o problema dos chacareiros, da sua produção e do seu direito à moradia, e resolver o problema dos chacareiros não significa permitir que eles continuem dentro do Parque, se há destruição do meio ambiente. São dois problemas que exigem duas soluções. O Parque tem de ser preservado e, possivelmente, não há como conciliar a ocupação humana e atividade da agropecuária na preservação do próprio Parque.

O Parque é uma área pública, e a população que precisa e quer freqüentá-lo não pode ser impedida de fazê-lo. O Parque não pode ter dono. Esse é um fato.

Se temos dois problemas, precisamos de duas soluções. Precisamos resolver o problema dos chacareiros não dentro do parque. Indenizá-los? Indenizá-los. Possibilitar que eles tenham um local onde possam produzir? Tudo bem. O que se deve-se coibir é o parcelamento irregular que houve dentro do Parque. E isso não dá para dizer que não houve. Houve subparcelamento dentro do Parque do Guará e se construiu ali um loteamento que não é um loteamento rural, é um loteamento urbano ou semi-urbano.

Portanto, é preciso que o Poder Público busque as soluções para a produção agropecuária das famílias que dela vivem, para o problema de moradia que ali está instalado e para a preservação do Parque.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	58

Eu gostaria de dizer que temos problemas com as remoções, que, muitas vezes, foram realizadas de forma indigna, afrontando a dignidade humana. Não estou dizendo que isso acontece só no Distrito Federal. Temos problemas como esse no Distrito Federal e em todo o País. As assembleias legislativas de todos os Estados e unidades da Federação têm discutido para que tenhamos normas que preservem a dignidade nos processos de remoção e que preservem, inclusive, o direito à moradia.

Precisamos, nesta Casa, criar, na minha avaliação, uma comissão especial, uma comissão que tenha a representação de todas as forças partidárias para que possamos, em um prazo predeterminado, estabelecer uma solução não apenas para os problemas que dizem respeito ao Parque do Guará, mas para os conflitos que existem entre o direito de morar e o direito e o dever que temos de preservar o meio ambiente.

Portanto, proponho que, nesta Casa, criemos uma comissão especial com um cronograma de audiências públicas e que abrangesse todas essas áreas que estão gerando conflito. Proponho, também, a ida às comunidades envolvidas, como no caso do Guará, para ouvir o que essas pessoas têm a dizer. Após essas discussões e debates, com certeza, poderíamos apresentar propostas concretas de solução para o problema, as quais não sairão nesta tarde, nesta audiência pública.

Eu diria que hoje nós apenas começamos, efetivamente, a estabelecer um processo de discussão. Devemos buscar soluções públicas para o problema dos chacareiros, da produção, da moradia e do Parque do Guará. Não toquem naquele Parque. Ele está bastante machucado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	59

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Deputado Wilson Lima abriu mão de seu pronunciamento.

A pedido de nosso convidados, concederei dois minutos a cada um para as considerações finais.

Concedo a palavra à Sra. Ana Júlia, Diretora do Instituto Jardim Botânico.

SRA. ANA JÚLIA HERINGER - Muito obrigada, Deputado Benício Tavares. Eu não queria deixar dúvida com relação à área do Parque, que os Deputados Chico Vigilante e Erika Kokay mencionaram. Eu não disse que era parque e que a cidade invadiu essa área. Eu disse que, no início de Brasília, existia a intenção de se criar o Parque Zoobotânico, onde essas cidades estariam inseridas. Isso não foi levado a cabo, e a destinação daquelas áreas mudou pela necessidade da cidade, que também é importante. Não estamos dizendo o contrário. É importante a expansão da cidade, com qualidade de vida e, sobretudo, com sustentabilidade. Acredito que a qualidade de vida das cidades depende muito das unidades de conservação e das áreas protegidas que temos. Se não fossem a ação de 1961, que criou o Parque Nacional de Brasília, e a ação de 1963, que criou a Reserva Ecológica de Águas Emendadas, o Parque do Gama e várias outras áreas, hoje, nossa qualidade de vida seria pior.

Deputada Erika Kokay, eu não quis dizer que houve a ocupação do Parque por essas cidades. Eu quis dizer que, inicialmente, havia essa intenção. Está nos registros da Fundação Zoobotânica que podem ser vistos pelos senhores.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	60

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra à Secretária Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas, Dolores Pierson.

SRA. DOLORES PIERSON - Eu gostaria de dizer que sempre é muito profícua a discussão dos opostos. Diversos interesses estão aqui expostos. Não podemos perder em momento nenhum a visão do direito coletivo, a visão da responsabilidade individual de cada um perante a Constituição Brasileira, que, no arí. 225, diz que temos o direito e o dever de fazer com que as gerações futuras tenham condições de vida digna nas cidades em que habitarão.

Esse é o grande mérito de encontros como este. Temos de analisar e ter em mente o bem maior, o direito coletivo. Se aquele parque foi previsto em 1960 e todas as ações adotadas pelos governos posteriores visavam à existência de uma reserva onde poderia ser exercido no futuro o prazer de estar em contato com o verde, temos de repensar nossas posições e fazer com que o direito atinja gerações, conforme garantido na Constituição.

Agradeço a participação e cumprimento a Casa pela iniciativa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Chacareiros do Parque do Guará, Carlos Alberto de Araújo.

SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO - Quero agradecer a esta Casa por este debate, aos Deputados aqui presentes, porque, por um lado real, todos estão vendo a realidade que cada um de nós vivemos. Depois de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	61

diversos anos de omissão do Estado e de termos ali feito nossas moradias e terem tirado uma parte da nossa renda, quero deixar bem claro que não temos o desejo de permanecer dentro do parque. Acho que o interesse é coletivo. Agora, o sol nasceu para todos. Nós estamos ali e, de um dia para o outro, não podemos ser atropelados pela lei e pelo Estado da forma como se dão os acontecimentos. Fica aqui a nossa posição: nós somos a favor do parque; nós saímos de lá, mas queremos continuar as nossas atividades em outro local. Queremos ter condição disso. Não queremos sair do Parque do Guará e continuar debaixo da canga da Comparque. Queremos nos dirigir para uma área e ficar debaixo das nossas atividades, ligada à Secretaria de Agricultura. Nós não queremos ficar com essa canga, porque sentimos um fardo pesado. Fomos e estamos sendo muito humilhados como cidadãos e pais de família.

Quero deixar bem claro a todos que não é só com o Parque do Guará que as pessoas devem se preocupar. A reserva, as áreas 29 e 30, que estão totalmente degradadas pelos grandes empresários, merecem preocupação. Refiro-me ao Guará Mix, às empresas de gás. Lotearam em cima das nascentes do Córrego Guará e ninguém falou nada. Como disse o Deputado Peniel Pacheco, quando o interesse econômico está envolvido, ninguém fala nada. Dirijam-se ao setor inflamável e vejam como estão as condições das nascentes do Córrego do Guará. Aos ambientalistas aqui presentes faço esse apelo. Infelizmente, há um distribuidor de gás no final e um aterro com mais de quatro metros de entulho para soterrar as minas. Fica aqui o meu apelo.



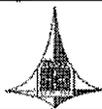
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	62

Sou a favor do parque. Acho que a comunidade merece esse parque. Eu também, de repente, poderei amanhã ser usuário dele, mas, independentemente disso, eu gostaria de ser tratado com cidadania e honradez, pelo trabalho que já prestei a essa nação. O mesmo digo com relação a todos os chacareiros. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Fui autor do requerimento que viabilizou a realização desta sessão, juntamente com o Deputado Augusto Carvalho. Ouviremos o Sr. Antônio Giroto Borges, chefe de gabinete do Deputado Augusto Carvalho, que usará da palavra para as considerações finais pelo tempo de dois minutos.

ANTÔNIO GIROTO BORGES - Boa-noite a todos. Para mim, é um grande prazer representar o Deputado Augusto Carvalho, e em nome de quem agradeço à Secretaria da Comparques e ao Prof. Ênio pela presença, que para nós foi bastante importante para formatarmos algumas opiniões a fim de que o processo do Parque do Guará pudesse ter um avanço na tentativa de resolver o problema, não só dos chacareiros, mas também do próprio parque.

Sou morador do Guará há trinta e cinco anos e quatro meses. Tive a sorte de, em determinado momento da minha vida, transitar por aquele parque para assistir aos jogos no Pelezão nos finais de semana. O Deputado Peniel Pacheco foi contemporâneo no Guará. Já jogamos bola juntos. Naturalmente, seria muito importante que essa solução chegasse o mais breve possível. Vejo o problema do Parque do Guará como um cachorro que tenta morder o próprio rabo e nunca consegue fazê-lo, porque, de um lado, há as pessoas que ali vivem hoje; de outro, há o Estado, que, ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	63

longo desses quarenta e cinco anos, foi conivente. Permitiu que várias situações perdurassem no Parque do Guará. Naturalmente, ao completar os cem anos do Ezechias Heringer, a quem prestamos nossas homenagens, eu, como guaraense, sinto-me lisonjeado por termos um parque em nossa cidade que leva o nome dessa pessoa tão importante no Distrito Federal.

Eu gostaria de propor, como morador do Guará, que, a partir deste instante, fosse organizada uma agenda positiva, para que os problemas fossem resolvidos.

Ouvi as palavras de todos os Deputados, que falaram muito bem. Seria muito importante, dentro dessa agenda positiva, que a Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa passasse a integrar esse conjunto, a fim de que o Governo, representado pela Comparques; a Câmara Legislativa, por intermédio da Comissão de Assuntos Fundiários, e a comunidade, façam surgir uma grande solução para o Parque do Guará.

Para finalizar, eu gostaria de saudar a juventude do Guará que veio a esta Casa para defender o meio ambiente.

Valeu, galera!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Secretário e professor, Ênio Dutra.

SR. ÊNIO DUTRA - Aproveito a oportunidade para colocar à disposição de todos a equipe técnica da Comparques, inclusive a assessoria técnica legislativa, para quaisquer esclarecimentos acerca dos parques do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	64

A Lei nº 1.826, citada com ênfase pelo Deputado Peniel Pacheco, não foi regulamentada e, portanto, perdeu a aplicabilidade. A situação dos parques envolve leis.

O Governo não pode conceder lotes para quem já é proprietário de algum imóvel. Esse levantamento está à disposição de quem pretenda verificá-lo. Os lotes destinados ao desenvolvimento de atividades somente devem ser concedidos para quem não é proprietário de algum imóvel. O levantamento nos cartórios demonstram que há pessoas que possuem três ou quatro imóveis e comportam-se como pobrezinhos. Há o caso do pastor Carlos, proprietário de dois imóveis. Em vez de uma chácara, ele tem uma marmoraria, localizada na área de desenvolvimento econômico; é só se inscrever. Não há como criarmos oportunidades. E o que estamos fazendo? Estamos cumprindo a lei. Estamos realizando ações em cumprimento a ações judiciais. Se estivéssemos errados, com certeza, a Justiça nos proibiria de fazê-lo. Portanto, estamos cumprindo a lei.

Essa é a questão, dizer que foram pegos de surpresa. Realizamos, desde o ano de 2001, sessenta e duas reuniões com os ocupantes do Parque do Guará. Iniciamos esse processo com uma discussão, com uma direção, mas depois percebemos que não se trata de área rural, já que não há essa destinação. Onde está o módulo rural de dois hectares, no mínimo? Não há.

Se esta é uma casa de leis, eu gostaria que os Srs. Deputados criassem leis para nos ajudar. Dêem uma sugestão, mas dentro da legalidade. Do jeito que está hoje...



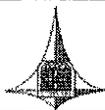
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	65

Sobre a questão de ocupação, a Lei nº 265, no art. nº 22, diz: " É proibido o uso residencial permanente ou temporário, de uso múltiplo ou ecológico, com a exceção do administrador do parque." Não há como resolver a situação se não for por intermédio de leis. Criem leis que nós a cumpriremos. Do jeito que está não há como reverter a situação. Essa é a posição do Governo. S.Exa. está preocupado e procura atender a essa parte social. Infelizmente, a Deputada Erika Kokay não está presente, e já disponibilizou... Removemos com todo o carinho e respeito. Há declarações assinadas por essas pessoas. Cento e vinte e seis famílias serão removidas para Samambaia. Quem quiser poderá visitá-las para conversar sobre esse assunto.

Portanto, estamos fazendo a nossa parte, A preocupação do Sr. Governador é o aspecto social, por isso nós disponibilizamos. Agora, não podemos ser ilegais. Se outras pessoas, outras autoridades foram omissas e coniventes... Como eu disse anteriormente, a omissão e a conivência não existem no nosso cotidiano. É por isto que a Comparques faz esse trabalho sério e se preocupa com a preservação ambiental: para atingir a meta de transformar Brasília na cidade dos parques.

Em relação à lei, não podemos descumpri-la, sob pena de sermos omissos, coniventes e de incorremos em improbidade administrativa. Isso jamais.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco, que foi citado pelo Secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	66

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, eu gostaria de comentar somente a observação feita pelo Sr. Secretário quanto à existência da lei aprovada por esta Casa.

A não-regulamentação de uma lei não implica a sua não-aplicabilidade. Citarei um exemplo para o senhor. A Constituição Federal deve ter inúmeros artigos ainda não regulamentados e, nem por isso, deixou de valer para o nosso País. Está em pleno vigor, embora alguns de seus artigos não tenham sido regulamentados.

Essa medida, aprovada na lei mencionada pelo senhor, é auto-aplicativa, não depende de regulamentação para o seu cumprimento. Nesse particular, se há alguma divergência em relação ao cumprimento da lei, creio que essa dúvida possa ser dirimida a contento. Não tenho dúvida de que a Comparques está fazendo um trabalho a fim de proteger os parques. Não tenho dúvida quanto a isso. Há um esforço; porém ele está longe de ser o que precisa ser feito, convenhamos!

Vou dar um exemplo para o senhor: no Parque JK, aquele que liga Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, deve haver de doze a treze condomínios, cujas construções são feitas dia-a-dia. O senhor pode ir lá hoje e verificar que as construções estão sendo feitas. É um parque de dimensões fantásticas, que protege os córregos Cortado e Belchior.

Agora existem, sim, situações em Brasília que carecem de ações enérgicas, como a especulação imobiliária à luz do dia. Membros da Câmara Legislativa já estiveram naquele local e até propuseram a instauração de uma CPI, que nunca foi aprovada e não entendo por quê. O Álvaro, que é seu assessor, acompanhou a visita da Comissão de Assuntos Fundiários



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	67

àquele lugar. A área está totalmente tomada por residências. Ali é um parque. Há leis que tratam da matéria e ele nem sequer foi cercado ainda.

Portanto, não pode haver dois pesos e duas medidas. Se há casos que o senhor aponta como gritantes, eles devem ser analisados separadamente. Se há uma tentativa de proteger o parque, não sou contra essa iniciativa e ninguém pode ser; porém não podemos concordar que a simples necessidade de manter um parque possa representar também uma forma agressiva e truculenta de fazer a remoção na marra. Dessa forma, estaríamos desconsiderando o princípio fundamental da dignidade humana e do respeito ao cidadão.

O patrono daquele parque, o Sr. Ezechias Heringer, talvez fosse pessoa que mais tinha interesse na proteção do meio ambiente. No entanto, como uma pessoa humanitária, duvido que ele assinasse algum documento para fazer a derrubada, com tratores, daquelas casas, com as pessoas ainda morando. Duvido! Ele era humano o suficiente para buscar uma solução que pudesse manter o meio ambiente sem, contudo, desrespeitar o direito à dignidade.

Fiz somente essas considerações, Sr. Ênio, para ficar bem claro que não estamos aqui querendo forçar a omissão da Comparques, de jeito nenhum. Aliás, cobramos mais agilidade da Comparques, o que tem sido feito, na medida do possível - percebo isso. Agora, nesse caso, em particular, temos de encontrar um caminho plausível para resolver essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A nossa idéia era promover um debate e acho que conseguimos. Solicito aos integrantes



Data	Horário Início	Sessão/Réu nião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	68

da Mesa que não façam citações de outras pessoas para que não precisemos dar a elas a possibilidade de exercer o direito de resposta. Assim agindo, poderemos continuar o debate e encerrá-lo com o mesmo clima com que começamos: com a disposição de fazer o debate dessa questão.

Concedo a palavra ao SR. Ênio Dutra.

SR. ÊNIO DUTRA - Deputado Peniel Pacheco, informo a V.Exa. que a Área JK não é parque. É uma área de relevante interesse ecológico. É uma unidade de uso sustentável. A ocupação é permitida. Ela está parcelada porque ela já havia sido parcelada antes, quando éramos comissão e não tínhamos ascendência sobre essa área. Inclusive, o parcelamento foi estimulado e incentivado por representantes desta Casa, os quais S.Exas. conhecem bem.

O que está lá foi que, depois, fizemos uma cerca de arame farpado, que é um mecanismo de contenção para que as pessoas não invadam a área de preservação permanente.

Com todo o respeito que V.Exa. merece, mas V.Exa. está equivocado porque ali não é parque. É uma área de relevante interesse ecológico de uso sustentável. Pode haver ocupação como está lá. Mas não da maneira como está havendo, que são os condomínios.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Chama-se Área Parque JK. Não vem ao caso agora se a ausência da palavra "parque" tem a mágica de permitir a ocupação irregular. É Área Parque JK. É o que está na lei. Citei exatamente isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	69

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra ao irmão Carlos.

SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO - Eu gostaria de informar ao Prof. Ênio que, mediante a afirmação dele, e o que está no papel, tomarei as medidas cabíveis judicialmente, Nunca fui proprietário de imóvel no Guará. Apenas uso uma casa lá como correspondência. Em todas as reuniões, ele cita que tenho dois imóveis. Eu nunca tive imóvel no Guará. Eu uso.

Eu gostaria também de dizer ao Prof. Ênio que os meus filhos, graças a Deus, foram bem criados e tiveram uma formação. Meu filho é proprietário, ele tem uma marmoraria. Eu não tenho marmoraria. Meu filho tem uma marmoraria.

Era o que tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Agradeço e peço desculpas à Mesa.

Agradeço a todos que vieram aqui debater: aos chacareiros; aos nossos amigos, jovens do Guará, que também vieram defender suas posições; a todos os amigos que compareceram à galeria.

Tivemos aqui a presença de vários Deputados: Deputado Chico Floresta; Deputado Peniel Pacheco; Deputado Augusto Carvalho, autor do requerimento que propiciou esta sessão junto comigo; Deputada Ivelise Longhi; Deputada Anilcéia Machado; Deputado Chico Vigilante; Deputada Erika Kokay; Deputado Paulo Tadeu. O objetivo foi alcançado. Fizemos o debate, ouvimos as posições. Algumas propostas também foram apresentadas. Creio que nós, a Câmara Legislativa, podemos contribuir para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12/05/05	15h	ORDINÁRIA / COMISSÃO GERAL	70

a solução desse problema que os senhores e as senhoras estão enfrentando. Estão aqui as sugestões. Espero que, por meio deste debate, tenhamos conseguido contribuir para a solução.

Agradeço a presença dos nossos convidados; do Secretário, Prof. Ênio Dutra e de toda sua equipe presente; da nossa Diretora do Instituto Jardim Botânico, Ana Júlia; da Secretária Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas, Sra. Dolores; do Presidente da Associação dos Chacareiros do Parque do Guará, nosso amigo e irmão Carlos Alberto de Araújo.

A todos, o nosso muito obrigado pela participação e por este debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 15/05/05
Assessoria de Planejamento

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA**

**ATA SUCINTA DA 40ª
(QUADRAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR, EM AUDIÊNCIA
PÚBLICA, A SITUAÇÃO DOS CHACAREIROS DO
PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER,**

EM 12 DE MAIO DE 2005.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wilson Lima, Benício Tavares, Chico Floresta e Paulo Tadeu.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 2 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 10 minutos.

ATA SUCINTA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 12 DE MAIO 2005,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

REVISOR:

Diante

CHEFE DO SETAS:

Paula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DAS ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas da 39ª Sessão Ordinária, e das 13ª e 14- Sessões Extraordinárias.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Comunica que, conforme determinação do Presidente desta Casa, a sessão ordinária será transformada em comissão geral destinada a discutir, em audiência pública, os termos contidos no Requerimento nº 1.243/2004.

ATA SUCINTA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 12 DE MAIO 2005,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL..

REVISOR: _____

Wilson Lima

CHEFE DO SETAS: _____

Wilson Lima



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

MEMO/SETAS Nº 40/2005

Brasília, 17 de maio de 2005.

DO: Setor, de Tramitação, Ata e Súmula
PARA: Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário.

Senhor Chefe de Divisão,

Durante a realização da sessão extraordinária do dia 4 de maio, foi votado e aprovado o Requerimento nº 1.243/04, de autoria dos Deputados **Benício** Tavares e Augusto Carvalho, que *“Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para discutir a situação dos **chacareiros** do Parque Ecológico Ezechias Heringer, que fica localizado à margem esquerda do Córrego Guará e adjacências, na Região Administrativa do Guará”*.

A referida audiência foi marcada para o dia 12 de maio, às 19 horas, no auditório da CLDF,

Na sessão ordinária do dia 11 de maio, a Deputada Anilcéia Machado, líder do Governo, requereu ao Presidente, Deputado Fábio **Barcellos** que no lugar da audiência pública fosse realizada comissão geral para discutir a situação do Parque Ecológico. Essa solicitação foi deferida.

No dia 12 de maio, a sessão ordinária foi aberta pelo Deputado Wilson Lima, que a transformou em comissão geral para discutir o assunto, em audiência pública, com base no Requerimento supracitado.

DIRETORIA LEGISLATIVA

Recebido em 17/05/05 às 17:40 horas

Nome: Almeida Matrícula 12070-62



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

De acordo com o art. 125 do Regimento Interno da CLDF, a sessão plenária poderá ser transformada em comissão geral por proposta do Presidente ou a requerimento de 1/8 dos deputados, mediante deliberação em plenário.

Considerando que o requerimento que solicitou a realização de audiência pública foi aprovado em Plenário; considerando que o requerimento da Deputada Anilcéia Machado não foi apresentado e deliberado conforme o teor do art. 125 do RICLDF e considerando, ainda, que não existe previsão regimental para a transformação de sessão plenária em audiência pública, solicitamos orientação sobre o tratamento que este Setor de Tramitação, Ata e Súmula deve dispensar à sessão ordinária de 12 de maio, a fim de concluir a redação da respectiva ata.

Atenciosamente,

fig. 18 à p. 1

VALDENICE SA SILVA

Chefe do Setor de Tramitação, Ata e Súmula

À DIRETORIA LEGISLATIVA

SENHOR DIRETOR,

AGUARDAMOS ORIENTAÇÃO

DE Vossa SENHORIA DE COMO
VAMOS PROCEDER.

RESPEITOSAMENTE

15.463-28

Mateus Bicalho Valadares
Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
15.463-28



2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO**, Deputado Chico Floresta.
- **AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Benício Tavares.
- **AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Augusto Carvalho.
- **DEPUTADO PAULO TADEU**.
- **SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (COMPARQUES)**, Enio Dutra Fernandes da Silva.
- **DIRETORA DO INSTITUTO JARDIM BOTÂNICO**, Ana Júlia Heringer.
- **SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO FÓRUM DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO DISTRITO FEDERAL**, Dolores Pierson.
- **PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS CHACAREIROS DO PARQUE DO GUARÁ**, Carlos Alberto de Araújo.

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS)

- Chama atenção para a conscientização da sociedade quanto à importância da preservação ambiental.
- Julga que é responsabilidade de todos a recuperação e preservação do Parque do Guará.
- Repudia as invasões naquela localidade e destaca aspectos importantes do plano do GDF para remanejamento de moradores.
- Defende o respeito aos direitos individuais na desocupação do parque pelo GDF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ENIO DUTRA, Secretário de Estado da Comparques.

- Manifesta seu apoio ao programa desenvolvido pelo Governador Roriz para transformar Brasília na cidade dos parques.
- Salaria a prioridade atribuída pelo GDF à desocupação de áreas irregulares dos parques do Distrito Federal, com o cuidado de evitar a criação de um problema social.
- Ressalta que, por lei ou decreto, o Governo não pode distribuir lotes para quem já recebeu ou possui imóvel, e que indenizações somente podem ser pagas por ordem judicial.
- Explica as razões para o tratamento dado aos ocupantes do Parque Sucupira, em Planaltina.
- Adverte que o Parque do Guará é o único que possui Plano Diretor e tem poligonal registrada em cartório.
- Observa que os danos ambientais deverão ser ressarcidos ao Estado pelos ocupantes do parque; os quais deverão, ademais, pagar aluguel pelo tempo de utilização da terra.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Critica aqueles que permitem que interesses econômicos e privados se sobreponham ao desenvolvimento sustentável.
- Refere-se ao diagnóstico da situação dos parques do Distrito Federal realizado por servidores da Casa em 2000.
- Discorre a respeito das diferentes linhas de raciocínio que norteiam a discussão da questão da permanência humana em áreas de preservação ambiental.
- Apresenta proposta de solução: combate à grilagem de terra no Parque do Guará, realização de levantamento do número de moradores, retirada de moradores que têm lotes em outras localidades, implantação de Conselho Gestor, definição das poligonais do parque e implementação do plano de manejo elaborado pelo GDF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB)

- Argumenta que a definição do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT) é o melhor instrumento para resolver o problema.

- Esclarece que não é contrário à remoção, desde que feita com a aquiescência dos moradores e de forma a garantir-lhes a dignidade.

- Expressa seu apoio às propostas apresentadas pelos oradores que o antecederam, a fim de encontrar uma solução que atenda ao Governo, aos moradores do Guará e aos chacareiros.

ANA JÚLIA HERINGER, Diretora do Instituto Jardim Botânico.

- Enfatiza que a importância do parque extrapola sua poligonal.

- Sustenta que os moradores de parques no DF não se enquadram no conceito de populações tradicionais.

- Pondera que as medidas que forem adotadas no caso do Guará repercutirão sobre as demais unidades de conservação e, portanto, não podem referendar a ocupação inadequada da área.

- Destaca que as áreas protegidas devem ser mantidas, sob pena de comprometer o desenvolvimento sustentável da cidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DOLORES PIERSON, Secretária-Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal.

- Deixa claro que o Fórum não tem relação direta com as pessoas envolvidas no processo de ocupação do parque.
- Informa que o objetivo de sua entidade é contribuir para que as gerações futuras tenham uma vida em harmonia com a natureza.
- Fornece relato sobre a situação do Parque Ecológico Ezechias Heringer, desde sua criação até os dias atuais.

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO, Presidente da Associação dos Chacareiros do Parque do Guará.

- Considera uma covardia a forma como os chacareiros estão sendo removidos do parque e pede à imprensa que noticie a crueldade de que estão sendo vítimas.
- Lembra que a Secretaria da Comparques lhes acenou com a possibilidade de transferência para outro local e garante que o Decreto nº 11.262/1988 assegura aos produtores rurais a indenização em caso de desocupação da área.
- Elogia a atuação das ONGs, por terem impedido a construção de prédios no local.
- Assevera que os chacareiros utilizam o parque de forma responsável, garantindo a preservação da região.
- Entrega à Secretária-Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas parecer técnico do engenheiro florestal Fernando Carvalho da Silva.
- Solicita ao Presidente explicações a respeito da destinação de área da Fazenda Larga, no Parque Sucupira, para produtores com hortas comunitárias.
- Sugere a criação de uma área, no próprio parque, para que possam continuar trabalhando e preservando o meio ambiente.



DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Externa sua preocupação com a questão ambiental.
- Propõe a realização de audiência pública no Guará, para que população local tenha a oportunidade de se manifestar sobre o assunto.
- Reivindica a imediata implantação de um Conselho Gestor, e a efetivação do parque enquanto domínio público e de usufruto da comunidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Pleiteia o mesmo tratamento dado a grupos econômicos para os moradores do Parque do Guará.
- Discorda do pronunciamento do Deputado Chico Floresta.
- Declara que o meio ambiente serve para dar dignidade a todos os seres humanos.
- Apela aos órgãos do GDF por uma solução que assegure aos habitantes do parque o respeito do qual são merecedores.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB)

- Acentua o compromisso do Governador Roriz de buscar um desfecho favorável para os moradores do Parque do Guará.
- Registra que os órgãos do GDF estão à disposição dos chacareiros para manter o diálogo e restabelecer a tranquilidade.
- Corrobora a preocupação da CLDF com o debate.



DEPUTADA IVELISE LONGHI (PMDB)

- Repara que, independentemente da posição assumida, todos os presentes têm o mesmo objetivo: a preservação do meio ambiente para garantir a preservação da vida.

- Menciona ações do GDF que comprovam que o Governador Joaquim Roriz trata a questão ambiental e o respeito à dignidade humana de forma conjunta.

- Afirma que não haveria impedimento legal para a existência de moradias no parque desde que esta estivesse prevista no plano de manejo aprovado.

- Justifica a postura do GDF, haja vista ele estar cumprindo a legislação vigente, que não prevê a ocupação da área.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)

- Contesta a alegação do GDF de que não pode indenizar os chacareiros, uma vez que o Governo indenizou os moradores da região que sofreram desapropriação de terras para construção do metrô.

- Recorda a atuação do Dr. Ezechias Heringer no parque.

- Crê que a solução a ser adotada deve levar em conta o direito à dignidade do cidadão e a preservação do meio ambiente, e punir os que ocupam a área de forma ilegal.

- Atenta para a existência de lei que protege os moradores em caso de remoção.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Reconhece que a questão envolve dois pontos conflitantes e que não podem ser contrapostos: o direito à moradia e o direito à preservação do meio ambiente.

- Cita relatório do ano 2000 que aponta irregularidades cometidas na área, e levantamento do Idhab que comprova que a maior parte das pessoas que moram no local não têm como sua única atividade a atividade agrícola.

- Acredita que os dois problemas exigem duas soluções.

- Propõe a criação de uma comissão especial para analisar a situação das áreas onde há conflito entre a ocupação humana e o meio ambiente.

ANA JÚLIA HERINGER, Diretora do Instituto Jardim Botânico.

- Dirime dúvidas com relação à implantação do Parque do Guará.

- Opina que a qualidade de vida depende de ações de conservação e proteção ambiental.

DOLORES PIERSON, Secretária-Executiva do Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal.

- Demonstra sua apreciação por essa oportunidade para os opostos se expressarem com respeito aos seus diversos interesses.

- Conclui que há de se ter em mente o direito coletivo, para que as futuras gerações tenham qualidade de vida.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO, Presidente da Associação dos Chacareiros do Parque do Guará.

- Felicita os deputados pela iniciativa do debate.
- Exprime o desejo dos moradores do parque de continuar suas atividades em outra localidade,
- Alerta para a degradação de outras áreas.

ANTÔNIO GIROTTO BORGES, Chefe de Gabinete do Deputado Augusto Carvalho.

- Estima que a omissão do Estado gerou a situação e sugere uma agenda positiva para solucionar os problemas do parque.
- Saúda a juventude do Guará, que compareceu à CLDF para defender o meio ambiente.

ENIO DUTRA, Secretário de Estado da Comparques.

- Responde a questionamentos levantados durante os pronunciamentos.
- Realça que, antes de retirar os moradores do Parque do Guará, o Governo realizou várias reuniões com os ocupantes.
- Incentiva a criação de leis que possam resolver a atual situação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Agradece a presença de todos os participantes.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) ~~Secretário(a)~~

(Li/Ni/Tof)